



LUZIVALDA GUEDES DAMASCENA

PARECERES DE AUDITORIA: Um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras

**JOÃO PESSOA – PB
2011**

LUZIVALDA GUEDES DAMASCENA

**PARECERES DE AUDITORIA: Um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase
constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade e Mercado Financeiro

Orientador: Prof. Dr. Edilson Paulo

**JOÃO PESSOA – PB
2011**

D155p Damascena, Luzivalda Guedes.

Pareceres de auditoria : um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras / Luzivalda Guedes Damascena. -- João Pessoa : [s.n.], 2011.
80f. il.

Orientador : Edilson Paulo.

Dissertação (Mestrado) – UNB/UFPB/UFRN.

1.Auditoria. 2.Parecer de auditoria. 3.Demonstrações contábeis. 4.Logit. .

UFPB/BC

CDU: 657.6(043)

LUZIVALDA GUEDES DAMASCENA

**PARECERES DE AUDITORIA: Um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase
constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Prof. Dr. Edilson Paulo

Orientador – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UnB, UFPB e UFRN

Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante

Examinador Interno – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UnB, UFPB e UFRN

Prof.^a Dr.^a Umbelina Cravo Teixeira Lagioia

Examinadora Externa - Universidade Federal de Pernambuco

**JOÃO PESSOA – PB
2011**

Às duas mulheres de suma importância na
minha vida: Luzia Guedes (mãe) e Maria dos
Anjos (avó).

AGRADECIMENTOS

É impossível não agradecer àquele que todos os dias me preenche e me guia no decorrer da minha jornada. Agradeço a Deus pela vida e pelo ar que respiro todos os dias, pois sem o dom da vida não poderia continuar persistindo no meu sucesso e na consecução deste trabalho.

Minha eterna gratidão aos meus pais Luzia Guedes e Sigisvaldo Nóbrega, pelos ensinamentos que me fizeram ser a pessoa que sou e a quem expresse aqui o meu eterno amor.

Aos meus avós maternos Maria dos Anjos e Antônio de Lisboa, que cuidaram de mim e com os quais, em algumas fases de minha vida, cheguei a conviver mais do que com meus próprios pais. E aos meus avós paternos, Maria José e Francisco Assis, pelo amor e pelos votos de felicidade a mim conferidos.

Ao meu eterno amigo, namorado e noivo Leandro de Pontes, que me acompanhou e acompanha desde o início da minha trajetória acadêmica, por sua compreensão fundamental nesta caminhada do mestrado, e com quem divido grandes momentos que irão ficar para sempre em nossas memórias.

Às minhas amigas Shirley Pereira e Gerlane Barbosa, que acompanharam minha trajetória no mestrado e pela linda amizade de tantos anos, comemoradas sempre que possível em nossos encontros.

Ao meu orientador Prof. Edilson Paulo, pela sua competência e paciência com que se dedica às suas atividades. Agradeço não só pela orientação deste trabalho, mas pela confiança em mim depositada.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante, por ser um exemplo de pessoa e por mostrar-se sempre disponível nos momentos mais importantes de minha caminhada.

Não posso deixar de mencionar a enorme contribuição e incentivo dado, pelos meus professores de graduação e amigos Valdineide dos Santos e Edson Franco, e, por Celizo Bezerra Filho.

Aos professores do mestrado: Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Aneide Oliveira Araújo, Renata Paes de Barros Camara, Simone Bastos Paiva, Anderson Luiz Rezende Mol, Dr. José Dionísio Gomes da Silva e Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho, pela convivência e pelos ensinamentos.

Aos préstimos dispensados pelas secretárias do mestrado Ivanaci e Ridan.

Aos colegas formados na turma: Claudio Grande e Claudio Pequeno, Emerson, Erivaldo, Erivando, Amanda; e, em especial, ao grupo da Paraíba: Milton, Karla, Janayna e Dimas, que souberam dividir todos os momentos ao longo do mestrado de forma saudável e amigável. Essa foi a força que nos levou a sempre cumprir com todas as etapas com alegria, apesar do cansaço e esforços despendidos.

A Ana Paola, pessoa sempre disponível a ajudar.

E a todos os meus familiares que contribuíram de forma direta ou indiretamente na concretização deste sonho.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

(José de Alencar).

RESUMO

O objetivo da auditoria de demonstrações contábeis é aumentar o grau de confiança das informações reportadas pelas sociedades expressando uma opinião por meio do parecer de auditoria sobre sua situação econômica e financeira. O parecer representa o objeto final de toda execução do trabalho do auditor. Nesse sentido, a pesquisa possui o seguinte questionamento: qual o efeito que variáveis contábeis e não contábeis têm sobre a emissão de pareceres de auditoria com ressalva e/ou parágrafo(s) de ênfase nas empresas atuantes na Bolsa de Valores de São Paulo? Este trabalho é classificado como uma pesquisa descritiva, bibliográfica e *survey*. Para atender o objetivo desta pesquisa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo e o método de estimação *logit*. A amostra deste trabalho compreende 1.466 relatórios dos auditores independentes (na época denominado de parecer de auditoria) sobre as demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras no período compreendido entre os exercícios sociais de 2006 a 2008. Os resultados apresentados evidenciam os eventos que mais provocaram opinião com ressalvas versando sobre limitação de escopo e impossibilidade da formação de opinião, no entanto, os parágrafos de ênfases mais frequentes referem-se à existência de prejuízos contínuos, passivo a descoberto e deficiência de capital de giro. Evidenciou-se que as demais empresas de auditoria emitem mais ressalvas e parágrafos de ênfase do que as *Big Four*, mesmo estas tendo uma maior fatia de mercado (60%). O modelo estimado revelou que algumas variáveis contábeis e não contábeis, como valor de mercado da empresa e financiamentos, têm significância estatística tanto para ressalva quanto para parágrafos de ênfase. Finalmente, observou-se que quanto maior o valor de mercado da empresa, menor a chance de ocorrência desses tipos de modificações no parecer do auditor independente, entretanto, quando analisado o financiamento a relação é inversa, ou seja, quanto maior, maior a chance. Constatou-se que o modelo estimado para parágrafo de ênfase não possui bom ajustamento aos dados, não apresentando resultados confiáveis. Por fim, apenas o modelo estimado para ressalva pode vir a ser usado como uma ferramenta, contribuindo eventualmente em negociações de aquisição de uma empresa podendo antecipadamente, por exemplo, avaliar a probabilidade de esta última vir a receber um parecer com ressalva, e avaliar os números que estão por traz dessa probabilidade.

Palavras-chave: Auditoria. Parecer de auditoria. Demonstrações contábeis. *Logit*.

ABSTRACT

The objective of the audit of financial statements is to increase the confidence level of information reported by companies expressing an opinion by the audit opinion on its economic and financial situation. The opinion represents the ultimate object of every execution of the auditor's labor. In this sense, the research has the following question: what effect accounting and non-accounting variables have on the issuance of audit opinions with caveats and/or paragraph(s) of emphasis on companies operating in the São Paulo Stock Exchange? This work is classified as a descriptive, bibliographical and survey research. To meet the goal of this research it was used the technique of content analysis and *logit* estimation method. The sample of this work includes 1466 independent auditors' reports (then called the audit opinion) on the financial statements of Brazilian listed companies in the period between fiscal years 2006 to 2008. The study results indicate the events that caused more opinions with caveats and turns scope limitation and the impossibility of forming an opinion, however the paragraphs of more frequent emphases refer to the existence of continuous losses, unfunded liabilities and working capital deficiency. It was evident that the other audit companies issue more caveats and paragraphs of emphasis than the Big Four, even those having a higher market share (60%). The estimated model showed that some accounting and non-accounting variables, such as market value of the business and financings, have statistical significance both for caveat as for paragraphs of emphasis. Finally, it was observed that the higher the market value of the business, the less chance of occurrence of these kinds of changes in the independent auditor's opinion, however, when analyzing the financing, the relation is reversed, in other words, the higher it is, the greater the chance. It was found that the estimated model to emphasis paragraph doesn't have good fit to the data, showing no reliable results. Finally, the model estimated to caveats can be used as a tool, possibly contributing in negotiations to acquire a company may advance, for example, assess the likelihood of the latter come to receive an opinion subject, and evaluate numbers that are likely behind this.

Keywords: Audit. Audit opinion. Financial statements. *Logit*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Curva do <i>logit</i>	44
Figura 2 – Companhias auditadas por <i>Big Four</i> e demais empresas de auditoria em 2006.....	51
Figura 3 – Companhias auditadas por <i>Big Four</i> e demais empresas de auditoria em 2007.....	51
Figura 4 – Companhias auditadas por <i>Big Four</i> e demais empresas de auditoria em 2008.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições sobre o parecer de auditoria de acordo com a NBC T 11 x NBC TAs	27
Quadro 2 – Definições sobre o tipo de opinião de auditoria de acordo com a NBC T 11 x NBC TAs	27
Quadro 3 – Estudos que utilizaram métodos de estimação para explicar as modificações nos pareceres de auditoria.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de observações do período de 2006 a 2008	43
Tabela 2 – Total de companhias listadas na Bovespa por ano	49
Tabela 3 – Quantidade de companhias auditadas por empresa de auditoria	50
Tabela 4 – Tipos de pareceres encontrados no sítio da Bovespa.....	52
Tabela 5 – Parecer com e sem ressalva x tipo de empresa de auditoria	53
Tabela 6 – Parecer com e sem parágrafo de ênfase x tipo de empresa de auditoria.....	53
Tabela 7 – Frequência de companhias com pareceres ressalvados no período de 2006 a 2008	54
Tabela 8 – Eventos mais frequentes de ressalvas em comum nos anos de 2006 a 2008.....	54
Tabela 9 – Relação entre ressalva e variáveis independentes	55
Tabela 10 – Teste <i>Wald</i> entre ressalva e variáveis independentes	58
Tabela 11 – Teste <i>Hosmer e Lemeshow</i> entre ressalva e variáveis independentes	58
Tabela 12 – Eventos frequentes de parágrafo(s) de ênfase em comum nos anos de 2006 a 2008...	59
Tabela 13 – Relação entre parágrafo de ênfase e as variáveis independentes.....	60
Tabela 14 – Teste <i>Wald</i> entre parágrafo de ênfase e as variáveis independentes	61
Tabela 15 – Teste <i>Hosmer e Lemeshow</i> entre parágrafo de ênfase e variáveis independentes ..	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFAC – *International Federation of Accountants*

NBC T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

NBC TA – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria

NYSE – *New York Stock Exchange*

SAS – *Statements on Auditing Standards*

SFAC – *Statement of Financial Accounting Concepts*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	18
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 Geral	21
1.3.2 Específicos	21
1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	22
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 RELEVÂNCIA DA AUDITORIA.....	24
2.2 PARECER DE AUDITORIA.....	26
2.2.1 NBC T 11 x NBC TAs	26
2.2.2 Relevância do parecer de auditoria	30
2.3 PESQUISAS SOBRE AUDITORIA.....	31
2.3.1 Pesquisas internacionais sobre auditoria	31
2.3.2 Pesquisas no Brasil sobre auditoria	33
2.3.3 Pesquisas internacionais e nacionais sobre parecer de auditoria	34
2.3.4 Pesquisas que desenvolveram modelos para explicar as modificações nos pareceres de auditoria	37
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1 TIPOLOGIA DO ESTUDO	40
3.2 FOCO DA ANÁLISE.....	41
3.3 AMOSTRA E PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS	41
3.4 ESTRATÉGIA EMPÍRICA	44
3.4.1 Desenvolvimento do <i>logit</i>	44
3.4.2 Modelo a ser estimado	47
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
4.1 VISÃO GERAL DOS PARECERES E DAS EMPRESAS DE AUDITORIA	49
4.2 RESSALVA	53
4.2.1 Eventos mais frequentes de pareceres com ressalva	54

4.2.2	Estimação do modelo <i>Logit</i> para ressalva.....	55
4.2.3	Testes de significância dos coeficientes e de capacidade de previsão do modelo para ressalva	57
4.3	PARÁGRAFO DE ÊNFASE	59
4.3.1	Eventos mais frequentes de pareceres com parágrafo(s) de ênfase.....	59
4.3.2	Estimação do modelo <i>Logit</i> para parágrafo de ênfase.....	60
4.3.3	Testes de significância dos coeficientes e de capacidade de previsão do modelo para parágrafo de ênfase	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5.1	CONSIDERAÇÕES E EVIDÊNCIAS QUANTO AOS EVENTOS MAIS FREQUENTES DE RESSALVA E PARÁGRAFOS DE ÊNFASE.....	63
5.2	CONSIDERAÇÕES E EVIDÊNCIAS QUANTO AO EFEITO DE VARIÁVEIS CONTÁBEIS E NÃO CONTÁBEIS SOBRE A EMISSÃO DE PARECER COM RESSALVA E PARÁGRAFO DE ENFASE.....	64
5.3	LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	66
6	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE	74

1 INTRODUÇÃO

O conjunto de normas brasileiras sobre auditoria sofreu mudanças diante do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC). A partir de 1º de janeiro de 2010, as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que regulam os procedimentos de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis passam a ser representadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria (NBC TAs) (Apêndice B).

Entretanto, conforme a Resolução CFC nº 1.279/10, não será exigida a adoção das NBC TAs para as auditorias de demonstrações contábeis para períodos, completos ou intermediários, que se findam antes de 30 de dezembro de 2010 aplicando-se, portanto, o conjunto de normas anteriormente vigentes. Nesse sentido, até o final de 2009 apenas a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 11 (NBC T 11) normatizava esse campo de atuação do auditor independente (Apêndice A).

Essa convergência trouxe mudanças nos termos técnicos anteriormente empregados pela auditoria. Por exemplo, o produto final do trabalho da auditoria anteriormente chamado de parecer de auditoria agora é denominado relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Outro exemplo é que este documento expressando a opinião do auditor, antes classificado em quatro tipos, agora é alocado em dois grupos, podendo ser não modificada (anteriormente conhecida como parecer sem ressalva) ou modificada (compreendendo o parecer com ressalva, parecer adverso e parecer com abstenção de opinião).

Face a essas mudanças e na ocasião temporal de realização desta pesquisa, optou-se por abordar, sempre que oportuno, as atuais normas de auditoria (NBC TAs) como o intuito de apresentar algumas das principais mudanças trazidas pela convergência das normas locais emitidas pelo CFC às normas internacionais.

Ressalta-se que a utilização da NBC T 11 e das NBC TAs adotadas neste estudo não prejudicarão a compreensão, a construção e a interpretação dos resultados obtidos, uma vez que as mudanças trazidas pelas novas normas, considerando apenas o escopo desta pesquisa, seguem a essência do entendimento que já havia ante à sua adoção, pois as alterações se concentram principalmente no que se refere a termos técnicos de auditoria.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Até a década de 60, o mercado de capitais não possuía relevante importância na economia no Brasil. Em paralelo, a atividade da auditoria, embora existente desde o início do século, obteve maior importância a partir de 1965 com a Lei nº 4.728, que disciplinava o mercado de capitais brasileiro e, em particular, o mercado de valores mobiliários, sendo o primeiro texto legal a introduzir a figura do auditor independente no país (CAVALCANTE, 1994; RICARDINO; CARVALHO, 2004).

Dentro do processo de desenvolvimento e fortalecimento proposto pela referida lei, a auditoria independente estaria diretamente relacionada com as informações divulgadas ao mercado, acompanhadas de um parecer de auditores independentes (CAVALCANTE, 1994). Segundo Kanitz (1979 apud CAVALCANTE, 1994), data de 1903 a emissão do primeiro parecer de auditoria independente no Brasil que, de acordo com Ricardino e Carvalho (2004), foi expedido pela firma canadense Clarkson & Cross, sobre o balanço da São Paulo Tramway Light & Power Co., no período compreendido entre junho de 1899 (data da fundação da empresa) e 31 de dezembro de 1902.

A auditoria tem origem da necessidade de se ter demonstrações contábeis confiáveis com o objetivo de aumentar o grau de confiança dos usuários sobre as informações prestadas nas demonstrações contábeis, conforme estabelece a Resolução nº 1.203/09, que trata da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria 200 (NBC TA 200) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.

O parecer representa o objeto final de toda execução do trabalho do auditor (SANTOS; PEREIRA, 2004; BRAUNBECK; CARVALHO, 2008). A responsabilidade desse profissional é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, elaborados sob a responsabilidade da administração da empresa auditada. Pode-se dizer que a “matéria-prima” para realização desse trabalho são os exames do conjunto de demonstrações contábeis das firmas.

Contudo, até a emissão do parecer é necessário que o auditor inicialmente efetue um planejamento adequado do seu trabalho considerando o escopo a ser realizado, pois a falta de exames ou de cuidado durante o trabalho do auditor pode vir a culminar em falhas com consequências relevantes também para a entidade auditada.

Foi o que houve, por exemplo, com o Banco Nacional S/A, pois, como a sistemática de amostragem adotada pelo auditor não contemplou todas as contas possíveis de serem

analisadas, 5,4 bilhões de reais de “ativos podres”, os quais representavam 43% do ativo total em novembro de 1995, acabaram ficando fora do escopo da auditoria (ANTUNES, 1998). Analisar ativos, passivos e as contas de resultados exige alto nível de acurácia por parte dos auditores no desenvolvimento do processo de avaliação de risco e controles internos.

Assim, as informações contidas nas demonstrações contábeis têm relação direta com o produto final do trabalho da auditoria. Segundo Palepu, Healy e Bernard (2004) o conjunto de relatórios contábeis é base para uma ampla extensão da análise empresarial e é utilizado como meio importante para a administração comunicar o desempenho da empresa e o mecanismo de governança aos investidores.

Verificar se as demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelos órgãos reguladores e se representam, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira da entidade, é papel da auditoria independente.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 953/03 (revogada pela Resolução CFC nº 1.203/09) e a Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 308/99 estabelecem que os auditores independentes devem emitir opinião sobre a adequação da empresa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em um determinado período, comparando-as com o período imediatamente anterior.

Os modelos de pareceres de auditoria no Brasil seguem os padrões estabelecidos pela Norma e Procedimento de Auditoria nº 01 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e, até 2009, pela Resolução CFC nº 953/03. Niyama e Silva (2008) afirmam que a finalidade da padronização das demonstrações contábeis não é reduzir ou eliminar o risco do mercado de capitais, mas possibilitar a redução ou eliminação da incerteza da baixa qualidade da contabilidade, uma vez que aquele é inerente à economia e esta decorre da falta de informação suficiente para analisar uma empresa.

A CVM determina o modelo de parecer estabelecendo a forma de sua elaboração e as condições para cada tipo e, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 11 (NBC T 11) – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 953/03 – o parecer de auditoria é classificado em: a) parecer sem ressalva; b) parecer com ressalva; c) parecer adverso; ou d) parecer com abstenção ou negativa de opinião. Com a revogação da NBC T 11, as NBC TAs 700 e 705 classificam os pareceres em dois grupos, a saber: não modificado (contemplando o item “a”) e modificado (contemplando os itens “b”, “c” e “d”).

O auditor emite sua opinião sem ressalva quando evidencia que as demonstrações contábeis da empresa auditada foram elaboradas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas; a ressalva, por sua vez, é inserida quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho poderá afetar as demonstrações contábeis; o parecer adverso revela que tais demonstrações não representam adequadamente as normas e práticas contábeis; por fim, ocorre a abstenção de opinião quando o auditor não consegue, por meio de seus trabalhos de auditoria, emitir opinião por não obter confirmação de informações para fundamentá-las (NBC T 11).

Adicionalmente, há possibilidade de o parecer conter parágrafos de ênfase, que, conforme Resolução CFC nº 953/03, ocorre quando há incerteza em relação a fato relevante, cujo desfecho poderá afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade. No entanto, pareceres que possuem parágrafos de ênfase são considerados pareceres sem ressalva, embora as ênfases possam ser relevantes para alguns dos interessados na informação contábil. A NBC TA 706 não traz relevante distinção quanto ao entendimento do parágrafo de ênfase, no entanto, acrescenta a possibilidade de haver parágrafos de outros assuntos.

A repercussão do efeito econômico do parecer com ressalva ou com parágrafos de ênfase pode indicar, por exemplo, a possível descontinuidade das operações da sociedade, tornando claro para os interessados na informação a incerteza sobre seus investimentos; e, conseqüentemente, pode afetar a alocação dos recursos financeiros dos investidores. Nesse contexto, prever ou explicar pareceres de auditoria com ressalva ou com parágrafo(s) de ênfase pode vir a ter implicações para os auditores internos e externos à empresa e demais tomadores de decisão (SPATHIS, 2003).

Internacionalmente, pesquisadores buscaram, direta ou indiretamente, desenvolver modelos para explicar (ou prever) as modificações nos pareceres de auditoria utilizando métodos como o *probit* (DOPUCH; HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1987) e o *logit* (LAITINEN; LAITINEN, 1998; KLEINMAN; ANANDARAJAN, 1999; SPATHIS, 2003; BALLESTA; GARCÍA-MECA, 2005; JOHL; JUBB; HOUGHTON, 2007).

Tais pesquisas utilizaram variáveis contábeis (entendidas como as que podem ser facilmente visualizadas nas demonstrações contábeis, como as contas do balanço patrimonial e de resultados) e variáveis não contábeis (aquelas que advém das informações contábeis, como por exemplo os índices econômico financeiros, e aquelas que referem-se ao tipo de empresa de auditoria)

O trabalho de Dopuch, Holthausen e Leftwich (1987) parece ter sido um dos precursores no sentido de desenvolver um modelo a fim prever as decisões dos auditores

quanto à emissão de pareceres de auditoria em situações que envolvem incertezas ou contingências, pois praticamente não há pesquisas anteriores à época. Uma possível evidência dessa afirmação se deve ao fato de que aquele trabalho é comumente citado em outras pesquisas (LAITINEN; LAITINEN, 1998; IRELAND, 2003; SPATHIS, 2003; BALLESTA; GARCÍA-MECA, 2005; JOHL; JUBB; HOUGHTON, 2007) quando discutido tal temática.

No entanto, Ballesta e García-Meca (2005) afirmam que, desde 1960, e particularmente nos últimos anos, pesquisadores contábeis têm se interessado em analisar empiricamente os fatores explicativos e as consequências das ressalvas emitidas pelo auditor.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do exposto, tendo como base as informações contidas nas demonstrações contábeis e dado a necessidade de se compreender os fatores que afetam a emissão do parecer de auditoria, especialmente sobre aqueles que influenciam a emissão de ressalva e/ou parágrafos de ênfase, este estudo tem a seguinte questão de pesquisa:

Qual o efeito que variáveis contábeis e não contábeis têm sobre a emissão de pareceres de auditoria com ressalva e/ou parágrafo(s) de ênfase nas empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Diante do cenário exposto e do problema de pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral verificar se variáveis contábeis e não contábeis têm influência sobre a emissão de pareceres de auditoria com ressalva e/ou parágrafos de ênfase nas companhias abertas brasileiras.

1.3.2 Específicos

Para um melhor delineamento do entendimento e de posteriores achados da pesquisa, objetiva-se especificamente:

- a) Identificar a participação das empresas de auditoria considerando tanto as *Big Four* quanto as demais empresas de auditoria;
- b) Identificar os eventos mais frequentes que motivam a emissão de pareceres de auditoria com ressalvas e/ou parágrafos de ênfase nas companhias abertas brasileiras;
- c) Analisar, por meio do *logit* estimado, se a ressalva e o parágrafo de ênfase são influenciados por variáveis contábeis e não contábeis.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Por meio do parecer de auditoria é possível identificar algumas informações importantes, como os eventos mais frequentes que estão direcionando a emissão desse documento, tanto com parágrafos de ênfase como com parágrafos de ressalva. De acordo com Cavalcante (1994), questões envolvendo a auditoria independente relacionada ao seu trabalho são discutidas basicamente a nível administrativo com pouca divulgação.

Observa-se que, no âmbito internacional, a temática já vem sendo discutida há algum tempo e tem se revelado bastante pertinente nos países em que foi desenvolvida, sendo publicados em importantes periódicos, como: *Auditing, Accounting Review, The European Accounting Review, International Journal of Auditing e Managerial Auditing Journal*, entre outros.

No Brasil há alguma produção bibliográfica sobre o tema parecer de auditoria, entretanto sempre abordado muitas vezes de forma estratificada entre setores, não sendo analisadas todas as empresas que divulgam suas demonstrações contábeis e que operam na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Observa-se uma carência de pesquisas empíricas sobre a temática no Brasil, principalmente no que se refere à abordagem dada nesta pesquisa. Isto é, abordando o parecer de auditoria com relação à frequência de eventos que culminaram na emissão de pareceres com ressalva e/ou parágrafos de ênfase e utilizando métodos estatísticos mais robustos, a fim de tentar verificar possíveis efeitos que variáveis contábeis e não contábeis têm sobre esse tipo de parecer.

Internacionalmente, Kleinman e Anandarajan (1999) argumentam que a literatura contábil está repleta de modelos quantitativos que utilizam índices financeiros (liquidez, solvência, rentabilidade etc.) para identificar a probabilidade de uma ressalva sobre a continuidade da companhia auditada. Apesar de esses autores terem utilizado métodos

estatísticos, como teste *t* e *logit*, eles defendem uma abordagem também qualitativa no intuito de melhor avaliar os resultados alcançados. Portanto, essa combinação de abordagem qualitativa e quantitativa é adotada neste estudo.

A pesquisa visa contribuir com a CVM e o CFC, assim como a área de auditoria e demais interessados, com intento de contribuir com as discussões acerca da temática. As evidências reportadas por outros pesquisadores (DOPUCH; HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1987; BALLESTA; LAITINEN; LAITINEN, 1998; GARCÍA-MECA, 2005) apontam que os auditores, em circunstâncias semelhantes ao utilizado nesses estudos, podem utilizar os resultados dos modelos para planejar os procedimentos de auditoria específicos ao avaliar os potenciais clientes, o escopo de uma auditoria, o controle de qualidade dentro das empresas, podendo ser aplicado para atingir um nível aceitável de risco de auditoria.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos, incluindo a parte introdutória já apresentada dentro do primeiro capítulo. No segundo capítulo são apresentados: o referencial teórico acerca da relevância da auditoria, parecer de auditoria e uma seção com as pesquisas sobre auditoria, que serão subdivididas em quatro subseções apresentando pesquisas: nacionais, internacionais, sobre parecer de auditoria e estudos que desenvolveram modelos para explicar as fatores que determinam a natureza dos pareceres de de auditoria.

O terceiro capítulo destaca os procedimentos metodológicos, especificando a tipologia do estudo, o foco dado nesta pesquisa, a amostra e o procedimento de coleta dos dados e a estratégia empírica utilizada.

No quarto capítulo são apresentados os resultados, por meio da análise dos dados coletados e tratados de acordo com os procedimentos definidos no terceiro capítulo. O quinto capítulo destina-se às considerações finais, assim como às limitações e sugestões para futuras pesquisas. Ao final apresentam-se, de forma complementar, os apêndices, com a relação das normas de auditoria independente e com os *outputs* dos resultados do método de estimação *logit*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RELEVÂNCIA DA AUDITORIA

O sentido de existir da auditoria se dá, inicialmente, pela sua ligação íntima com as sociedades por ação originada pela necessidade de obtenção de demonstrações contábeis imparciais por parte dos investidores não participantes da administração das empresas (CAVALCANTE, 1994).

Dutra, Alberton e Van Bellen (2007) mencionam que um dos motivos para a existência da auditoria independente está relacionado à credibilidade e confiança na consistência e comparabilidade das informações entre as diversas entidades que compõem o mercado. Entretanto o alcance e a execução de uma auditoria, conforme Soares (2005), implica sempre a existência de informação verificável e de critérios objetivos para que o auditor possa avaliá-la, e os critérios para realizar essa avaliação variam necessariamente consoante os objetivos que se pretende atingir.

A auditoria desempenha um importante papel na economia, no desenvolvimento de uma empresa e seus negócios, no governo e na prestação de informações para usuários internos e externos. Ela está presente em todas as atividades públicas e privadas do indivíduo e organizações (SIEGEL; RAMANAUSKAS-MARCONI, 1989). A principal contribuição da auditoria para a empresa é a verificação dos sistemas contábeis (SUNDER; 1997), contribuindo com a eficácia da gestão dos negócios e dos resultados apresentados por ela.

O desenvolvimento das atividades executadas pelos auditores é crucial para emissão de uma opinião profissional sobre a qualidade das informações contábeis fornecidas aos interessados na situação econômica e financeira da entidade. Mesmo sujeita a aspectos subjetivos, a visão de um usuário da informação é de que a opinião da auditoria independente expressa confiança da situação econômica e financeira da empresa auditada.

Conseqüentemente, espera-se que as demonstrações contábeis auditadas apresentem melhor conteúdo informacional, por exemplo: para a predição dos fluxos de caixa futuro, identificação de oportunidade e riscos de negócios e diminuição de ações discricionárias dos administradores, o que levaria à redução da seleção adversa entre os investidores.

A despeito da independência, Boynton, Johnson e Kell (2002) afirmam que o auditor deve ser neutro em relação à empresa auditada, pois é justamente esta a base da profissão de auditoria. Para Sunder (1997), a obrigação dos auditores é determinada e executada de acordo com a lei, e não pelos contratos negociados com a empresa.

Boynton, Johnson e Kell (2002) salientam que os usuários confiam na função de auditor pelo fato de ela ser imparcial por ter consciência de que precisa ser justo. Afinal, a falta de honestidade, objetividade ou qualquer outro elemento que possa gerar suspeitas sobre seu trabalho pode acarretar em perda de mercado para esse auditor. Corroborando essa afirmação, Riahi-Belkaoui (2000) também argumenta que auditores independentes são esperados para ser verdadeiramente independentes dos interesses dos seus clientes.

As diversas entidades reguladoras, como CFC, CVM e Ibracon, dentro de suas atribuições legais, buscam a melhoria da qualidade da auditoria e, quando necessário, emitem pronunciamentos, resoluções, deliberações, entre outros, no intuito de aperfeiçoar os trabalhos da auditoria independente, inclusive no que se refere à uniformização dos pareceres de auditoria, a exemplo da antiga NBC T 11, atual NBC TAs.

As disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.As), alterada pela Lei nº 11.638/07, estabelece que as companhias abertas e as sociedades de grande porte devem ter suas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O exercício profissional do auditor independente é regido pela NBC T 11 do CFC (até 2009 e, a partir de 2010, pelas NBC TAs), que trata das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, e pela Instrução CVM nº 308/99, que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes.

A Instrução CVM nº 308/99 estabelece que as empresas de auditoria ou a pessoa física do auditor independente devem ser registradas neste órgão para que possa exercer a atividade de auditoria no âmbito do mercado de valores mobiliários. Além disso, essa instrução prevê a possibilidade de anulação do trabalho de auditoria feito por auditor não registrado na CVM ou em que seja constatada a sua falta de independência.

A Nota Explicativa à Instrução CVM nº 308/99 ressalta os fundamentos que norteiam o posicionamento deste órgão, destacando:

- A importância de um sistema de auditoria independente como suporte indispensável ao órgão regulador;
- A figura do auditor independente como elemento imprescindível para a credibilidade do mercado e como instrumento de inestimável valor na proteção dos investidores, na medida em que a sua função é zelar pela fidedignidade e confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade auditada;

- A exatidão e a clareza das demonstrações contábeis, inclusive a divulgação em notas explicativas de informações indispensáveis à visualização da situação patrimonial e financeira e dos resultados da entidade auditada, dependem de um sistema de auditoria eficaz e, fundamentalmente, da tomada de consciência do auditor quanto ao seu verdadeiro papel dentro deste contexto; e
- A necessidade de que o mercado disponha de auditores independentes altamente capacitados e que, ao mesmo tempo, desfrutem de um elevado grau de independência no exercício da sua atividade.

Segundo Becker et al. (1998), a auditoria reduz a assimetria informacional entre gestores e *stakeholders* ao permitir que as partes interessadas possam verificar a validade das demonstrações financeiras divulgadas. Os autores ressaltam, ainda, que a efetividade da auditoria está diretamente relacionada com sua capacidade de mitigar o gerenciamento de resultados por parte dos gestores.

Portanto, a auditoria tem papel importante dentro do contexto de mercado, uma vez que seu objetivo de avaliar informações serão utilizados pelos agentes econômicos na tomada de decisão.

2.2 PARECER DE AUDITORIA

Embora a NBC T 11 prevaleça na construção do entendimento teórico e prático desta pesquisa, considera-se indispensável o conhecimento da nova regulação também estabelecida pelo CFC aos auditores independentes, por meio das NBC TAs. A próxima seção abordará as duas normas e relações comparativas serão destacadas.

2.2.1 NBC T 11 x NBC TAs

As normas NBC T 11 e NBC TAs possuem algumas diferenças no que se refere às definições e classificações quanto ao parecer ou, simplesmente, opinião da auditoria. Os Quadros 1 e 2 apresentam essas diferenças, para uma melhor visualização e comparação.

Quadro 1 – Definições sobre o parecer de auditoria de acordo com a NBC T 11 x NBC TAs

Nomenclatura	NBC T 11	NBC TAs
	Parecer do Auditor Independente	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Definição do documento	Documento mediante o qual o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.	Opinião do auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
Classificação do documento	Parecer: Sem ressalva; Com ressalva; Adverso; Com abstenção de opinião.	Opinião: Não modificada ou sem modificações; Modificada.
Estrutura do documento	* De acordo com o modelo: Título; Destinatário; Parágrafo introdutório; Parágrafo de extensão; Parágrafo de Opinião do auditor; Data do parecer do auditor independente; Assinatura do auditor; Nome da empresa de auditoria.	Título; Destinatário; Parágrafo introdutório; Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis; Responsabilidade do auditor; Opinião do auditor; Outras responsabilidades relativas à emissão do relatório de auditoria; Assinatura do auditor; Data do relatório do auditor independente; Endereço do auditor independente.

* A Resolução CFC nº 953/03 apresenta um modelo de parecer auditoria sem ressalvas a ser seguido e estabelece que o parecer com ressalva deve obedecer ao modelo do parecer sem ressalva, com a utilização das expressões “exceto por”, “exceto quanto” ou “com exceção de”, referindo-se aos efeitos do assunto objeto da ressalva.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Definições sobre o tipo de opinião de auditoria de acordo com a NBC T 11 x NBC TAs

Opinião	Tipo de Parecer	NBC T 11	NBC TAs 700, 705 e 706
Sem modificação	Sem ressalva	Mostra que as demonstrações contábeis da empresa auditada foram elaboradas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas.	É a opinião expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
Modificado	Com ressalva	É inserida quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho poderá afetar as demonstrações contábeis.	Ocorre: a) quando se obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluindo que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou b) quando se não consegue obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
	Adverso	Ocorre quando o auditor evidencia que as demonstrações contábeis não representam adequadamente as normas e práticas contábeis vigentes.	Ocorre quando, se obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluindo que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
	Abstenção de opinião	Ocorre quando o auditor não consegue, por meio de seus trabalhos de auditoria, emitir opinião por não obter confirmação de informações para fundamentá-las.	Ocorre quando não se consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião, concluindo-se que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas.

(continua)

(conclusão)

Parágrafos	NBC T 11	NBC TAs 700, 705 e 706
Parágrafo de ênfase	Ocorre quando há incerteza em relação a algum fato relevante, cujo desfecho poderá afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade.	É o parágrafo incluído no relatório de auditoria referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de tal importância, que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.
Parágrafos de outros assuntos	Não dispõe.	É o parágrafo incluído no relatório de auditoria que se refere a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o julgamento do auditor, é relevante para os usuários entenderem a auditoria, a responsabilidade do auditor ou o relatório de auditoria.

Fonte: Elaboração própria.

O padrão estabelecido pela NBCT 11 classifica o parecer segundo a natureza da opinião diferentemente da NBC TA, conforme evidencia o Quadro 1. O Quadro 2 apresenta as definições de cada tipo de parecer, de acordo com a norma utilizada nesta pesquisa e a NBC TA.

De acordo com Boynton, Johnson e Kell (2002) e Farrugia e Baldacchino (2005), o parecer de forma breve e padrão, ou seja, sem ressalva, é o mais comumente emitido pelos auditores. A composição desse tipo de parecer, segundo Boynton, Johnson e Kell (2002), é normalmente dada por três parágrafos:

- Parágrafo introdutório – que possui como principal objetivo distinguir, de forma clara, as responsabilidades da administração e as do auditor;
- Parágrafo de extensão – onde são descritas a natureza e a extensão dos exames realizados, bem como as limitações da auditoria para um correto entendimento de sua função; e
- Parágrafo de opinião – onde o auditor se reporta a respeito da adequação das demonstrações contábeis auditadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, porém, sem garantir ou assegurar a exatidão das mesmas.

O auditor não deve emitir um parecer sem ressalva quando houver discordância com a administração da entidade a respeito do conteúdo e/ou forma de apresentação das demonstrações contábeis ou limitação na extensão do seu trabalho, pois diante desse cenário, deve emitir um parecer com ressalva.

Um parecer com ressalva também pode advir de desvios relevantes das demonstrações contábeis ao atendimento das normas contábeis vigentes, ou ainda quando não for possível constatar evidências apropriadas e suficientes sobre afirmações da administração. Outras circunstâncias que levem à discordância com a gestão também remetem a uma ressalva no parecer de auditoria (FARRUGIA; BALDACCHINO, 2005). Neste caso, não haverá uma base razoável para a emissão de opinião sem ressalva a respeito das demonstrações contábeis (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002).

Segundo a Resolução CFC nº 953/03, o parecer com ressalva deve obedecer ao modelo do parecer sem ressalva, com a utilização das expressões “exceto por”, “exceto quanto” ou “com exceção de”, referindo-se aos efeitos do assunto objeto da ressalva. A Interpretação Técnica CFC nº 05 (NBC T 11 – IT 05) dispõe, em seu item 15, que não é aceitável outra expressão na redação deste tipo de parecer e estabelece ainda que, quando as demonstrações contábeis forem afetadas de maneira relevante pela adoção de prática contábil em desacordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e/ou as Normas Brasileiras de Contabilidade, o auditor deve emitir parecer com ressalva ou adverso.

Existe, ainda, a possibilidade de o parecer conter parágrafos de ênfase, que, conforme Resolução CFC nº 953/03, ocorre quando há incerteza em relação a algum fato relevante, cujo desfecho poderá afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade, chamando a atenção para a divulgação. Mas, os pareceres que possuem apenas parágrafos de ênfase são considerados pareceres sem ressalva.

Conforme Resolução CFC nº 953/03, caso ocorra a necessidade de o auditor emitir um ou mais parágrafos que classifique o parecer com ressalva, adverso ou com abstenção de opinião, deve ser incluída descrição clara de todas as razões que fundamentaram o seu parecer e, se praticável, a quantificação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis. A referida Resolução esclarece que essas informações devem ser apresentadas em parágrafo específico do parecer, precedendo ao da opinião e, se for caso, fazer referência a uma divulgação mais ampla pela entidade em nota explicativa às demonstrações contábeis. (Grifo nosso)

Com relação ao parágrafo de ênfase, a resolução enfatiza que esta deve ser inserida quando constatadas evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, devendo o auditor independente mencionar, em parágrafo de ênfase, os efeitos que tal situação poderá determinar na continuidade operacional da entidade, de modo que os usuários tenham adequada informação sobre a mesma (NBC T 11).

Tanto a NBC T 11 quanto a atual NBC TA 706 estabelecem que o auditor deve localizar esse parágrafo de ênfase após o parágrafo de opinião, fazendo referência à nota

explicativa da administração, que deve descrever, de forma mais extensa, a natureza e, quando possível, o efeito da incerteza, indicando que a opinião do auditor não se modifica no que diz respeito ao assunto enfatizado. (Grifo nosso)

Contudo, quando existem evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, o auditor independente deverá, em seu parecer, mencionar, em parágrafo de ênfase, os efeitos que tal situação poderá determinar a continuidade operacional da entidade, de modo que os usuários tenham adequada informação sobre a mesma (NBC T 11). Apesar deste fato, a norma afirma, ainda, que, na hipótese do emprego de apenas parágrafo de ênfase, o parecer permanece na condição de parecer sem ressalva. Na prática, um parecer com ressalva também pode conter parágrafos de ênfase, já as ênfases, por si sós, não indicam ressalvas apontadas pelo auditor.

Dependendo do tipo de parecer modificado (com ressalva, abstenção de opinião ou adverso) ou pela inclusão de parágrafos de ênfase, pode ocorrer alteração no número de parágrafos. O parecer pode ter ressalvas no que se refere à consistência dos métodos contábeis, ao âmbito do processo de exame da auditoria ou à incerteza associada com as grandes contingências não resolvidas (SUNDER, 1997).

2.2.2 Relevância do parecer de auditoria

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB), em seu *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFAC) nº 2, afirma que a relevância e a confiabilidade são qualidades inerentes à informação contábil útil para tomada de decisão, portanto, os usuários da informação, quando leem o parecer de auditoria, buscam ou pressupõem a segurança de que essas duas qualidades foram atendidas (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002).

Há evidências de que o parecer de auditoria modificado provoca repercussão no mercado, emitindo, por exemplo, sinais de possível descontinuidade das operações da sociedade, ocasionando incertezas aos investidores. Nesse sentido, Spathis (2003), ao realizar um estudo na Grécia, menciona que, naquele país, o público tem sido coerente na sua procura de opiniões modificadas com sinais de advertência do insucesso empresarial na hora de investir.

A NBC TA 200 aborda a questão da relevância, nos procedimentos de auditoria, aplicada aos exames e revisões das demonstrações contábeis e menciona que o auditor independente deve considerar a relevância e seu relacionamento com os riscos identificados durante o processo de auditoria.

Portanto, o relatório da auditoria é o meio de comunicação entre o auditor e os usuários da informação, devendo ser compreensível e objetivo, sendo de suma importância sua aceitação pelos usuários como uma fonte relevante de informações da empresa auditada (AL-THUNEIBAT; KHAMEES; AL-FAYOUMI, 2008).

Cabe ressaltar que é essencial que o profissional da auditoria, além do conhecimento necessário e a experiência de contabilidade e economia, tendo em conta a natureza e o âmbito das operações da empresa (LAITINEN; LAITINEN, 1998), possua a seu favor um instrumento normativo respaldando o parecer gerado pelo seu trabalho, pois, segundo Sunder (1997), os potenciais ou prováveis litígios podem advir contra a posição do auditor em relação às informações contábeis.

Além do mais, quando da sua opinião sobre os relatórios contábeis, o auditor deve estar ciente dos procedimentos a serem realizados e os testes que serão aplicados para a verificação da situação da empresa. Boynton, Johnson e Kell (2002) observam que o conceito de segurança razoável envolve a aplicação de testes pelos auditores, já que raramente é possível verificar todos os itens de contas da empresa auditada. Com isso, o julgamento e a competência do auditor serão importantes para decidir como serão desenvolvidos os trabalhos da auditoria em sentido amplo.

De acordo com Boynton, Johnson e Kell (2002), as situações mais comuns para a não emissão do parecer limpo, com os três parágrafos padrões, são: limite no escopo do exame; parte dos exames efetuados por outros auditores independentes; demonstrações contábeis em desacordo com práticas contábeis adotadas no Brasil; exposição informativa inadequada; falta de uniformidade na aplicação dos princípios contábeis; incertezas quanto a efeitos futuros; e destaque de informações relevantes.

2.3 PESQUISAS SOBRE AUDITORIA

2.3.1 Pesquisas internacionais sobre auditoria

Diversas pesquisas abordam a qualidade da auditoria. Entre elas, Jackson, Moldrich e Roebuck (2008), ao investigarem, na Austrália, o efeito que um regime obrigatório de rodízio das empresas de auditoria teria na qualidade da auditoria, constataram que os resultados vão contra o movimento de rodízio obrigatório, sugerindo que outras iniciativas podem ser consideradas para responder às preocupações sobre a independência e a qualidade dos auditores.

O estudo realizado na Alemanha por Weber, Willenborg e Zhang (2008), envolvendo uma companhia aberta após um escândalo contábil (Comroad AG) e uma grande empresa de auditoria de boa reputação (KPMG), objetivava analisar se a reputação de um auditor ajuda a garantir a qualidade da auditoria. De forma geral os achados sugerem que o mercado de ações e os clientes da KPMG reagem negativamente aos escândalos ocorridos em uma companhia auditada por uma empresa de auditoria com boa reputação.

Como depreende-se dos resultados do trabalho comentado, observa-se que a imagem de uma grande empresa de auditoria sofre maior impacto quando da ocorrência de escândalos em companhias auditadas por ela, em relação ao mesmo escândalo ocorrido quando auditada por uma pequena empresa de auditoria, já que, de forma geral, aquela possui uma carteira de clientes maior do que esta. Isso não significa que as companhias devem contratar auditorias com má reputação.

Gassen e Skaife (2009) investigaram, na Alemanha, se as reformas impostas pelo governo na lei do controle e da transparência das empresas da auditoria de 1998 afetam a função de informações prestadas por ela. Em conjunto, os resultados sugeriam que as reformas melhoram o papel das informações das auditorias alemãs e as empresas daquele país responderam à melhoria nos relatórios de auditoria, aumentando a demanda para essas empresas.

Al-Ajmi (2009) objetivou pesquisar a percepção dos analistas de crédito e financeiros no que diz respeito, entre outros pontos abordados, à relação entre o tamanho da empresa de auditoria e a eficácia da qualidade da auditoria, por meio de questionário desenvolvido com base em questões encontradas na literatura contábil de governança corporativa, no contexto do Bahrein. Os dois grupos estudados assumem que as características das *Big Four* lhes permitem produzir relatórios de melhor qualidade que as demais empresas de auditoria. Outros serviços que não são os de auditoria foram considerados susceptíveis de afetar a independência do auditor e, conseqüentemente, prejudicar a qualidade da auditoria.

Chung et al. (2010) buscou analisar a responsabilidade dos auditores em relação a terceiros, em sete países, a saber: Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, França e Alemanha. Constataram que os países de *common law*, em particular Canadá e Estados Unidos da América, reagiram rapidamente à demanda dos acionistas por uma resposta às falhas das empresas através de legislação imediata e abrangente, com as tentativas de aumentar a responsabilidade dos auditores a terceiros. Os autores identificaram, ainda, que, no Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, também

responderam com nova legislação, mas a França e a Alemanha não fizeram alterações legislativas ou outras respostas para aumentar a responsabilidade do auditor.

Conforme os estudos supracitados, nota-se que a qualidade da auditoria, apresenta-se como importante fonte de estudos, sendo relacionada, principalmente, com o tipo de empresa de auditoria, onde as *Big Four* aparecem como as que produzem relatórios de melhor qualidade. No entanto, as mudanças na legislação, aplicada ao exercício da auditoria, podem melhorar a informação prestada pelo auditor, assim como dar maior segurança aos usuários da informação no intuito de obter respostas mais rápidas quanto à responsabilização dos atos falhos.

2.3.2 Pesquisas no Brasil sobre auditoria

Algumas pesquisas contemplaram o arcabouço histórico da auditoria (RICARDINO; CARVALHO, 2004; PACHECO; OLIVEIRA; LA GAMBA, 2007), outras manifestaram as diferenças normativas da auditoria no âmbito nacional e internacional (HORITA ITO; MENDES; NIYAMA, 2008; SANTOS et al., 2009).

Recentemente estudos começam a trabalhar o aspecto da legitimidade da auditoria (ALBUQUERQUE; DIAS FILHO; BRUNI, 2010) e a questão do rodízio de auditores independentes; alguns com enfoque na qualidade da auditoria e outros com abordagem sobre o gerenciamento de resultados contábeis (OLIVEIRA; SANTOS, 2007; FORMIGONI, et al., 2007; BRAUNBECK, 2008; BRAUNBECK; CARVALHO, 2008; AZEVEDO; COSTA, 2008; MARTINEZ; REIS, 2010).

Albuquerque, Dias Filho e Bruni (2010), constataram que tanto auditores quanto os demais usuários da contabilidade atribuem um alto grau de legitimidade à auditoria, não existindo diferenças significativas entre tais grupos de usuários.

Braunbeck (2008) e Braunbeck e Carvalho (2008) encontraram que os mecanismos autorregulados de governança, aliados às políticas e procedimentos de controle de qualidade das grandes firmas internacionais de auditoria, eventualmente neutralizam os efeitos negativos decorrentes da ameaça à independência da relação continuada entre auditor e auditado, sobre a qualidade das auditorias, que foi um dos aspectos sobre o qual o regime de rotação obrigatória dos auditores independentes pretendeu atuar.

Azevedo e Costa (2008) verificaram os efeitos da mudança da firma de auditoria no gerenciamento de resultados contábeis das companhias abertas brasileiras e constataram que as evidências encontradas eram preliminares, não permitindo afirmar que, sempre que existe a

troca da firma de auditoria, há necessariamente redução no nível de discricionariedade dos gestores nas empresas brasileiras.

Martinez (2009) procurou identificar se, no novo mercado, as auditorias realizadas pelas *Big Four* e os pareceres dos auditores estão associados à propensão ao gerenciamento de resultados: a) por escolhas contábeis; e b) por decisões operacionais. As evidências obtidas, quanto ao item “a”, indicam que são reduzidas, assim como o parecer com ressalva é um indicador de gerenciamento de resultados por escolhas contábeis. Entretanto, no que toca ao item “b”, exceto em casos especiais, o novo mercado e auditoria de *Big Four* não asseguram menor gerenciamento de resultados.

Na pesquisa de Martinez e Reis (2010), embora a *proxy* de gerenciamento de resultados não tenha apresentado diferenças significativas, os achados sugeriram que o gerenciamento de resultados das empresas auditadas por *Big Four* é significativamente menor.

Silva (2010) destacou a participação das *Big Four* no mercado brasileiro e algumas características que explicassem a escolha dessas empresas por parte das companhias auditadas com foco na influência dos credores nessa decisão. Em média, 80% dos ativos das companhias brasileiras são auditadas pelas *Big Four* e, com o uso do *logit*, verificou-se que a escolha por essas empresas não podem ser explicadas pela situação econômica financeira da auditada.

2.3.3 Pesquisas internacionais e nacionais sobre parecer de auditoria

Choo (1994) tentou determinar empiricamente as fontes de informação que os investidores usam na formação de expectativas dos pareceres de auditoria antes de sua emissão, por meio de variáveis financeiras e não financeiras as quais foram determinadas pelo autor. Esse estudo indicou que, para contadores e financistas, algumas variáveis não financeiras, ignoradas por outras pesquisas, desempenham um papel importante na formação das expectativas dos investidores, enquanto que, para não contadores e não financistas, o inverso é verdadeiro para algumas variáveis financeiras, que têm sido utilizadas em modelos e pesquisas anteriores.

Farrugia e Baldacchino (2005) objetivaram identificar os diferentes tipos de qualificações em pareceres de auditoria das companhias maltesas (no Mediterrâneo), e quaisquer relações significativas entre esses tipos de qualificações e algumas variáveis específicas das companhias. Após investigar os pareceres de auditoria de 419 empresas no período 1997/2000, os resultados mostraram que 19,9% das empresas da amostra tiveram um relatório do auditor ressalvado. O tipo mais comum de qualificação foi a delimitação de

escopo, desacordo no gerenciamento e passivos a descoberto. As relações estabelecidas entre as qualificações encontradas e as variáveis testadas, como: valor da empresa, tipo da empresa, valor líquido global e capital social, não se revelaram significantes.

Almeida (2006) analisou falhas e discordâncias a respeito do valor informacional e aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade do parecer de auditoria. Investigando todos os pareceres das empresas listadas na Bovespa, a referida autora verificou que as informações contidas no parecer e a forma como elas estão dispostas não satisfazem os aspectos da aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade relativas a auditoria, compreensibilidade e utilidade.

Por sua vez, Dutra, Alberton e Van Bellen (2007) buscaram verificar o nível de aderência às exigências normativas dos parágrafos de ênfase nos pareceres da auditoria independente emitidos para demonstrações contábeis das companhias do setor elétrico brasileiro, no período compreendido entre 1999 e 2006. Esses autores evidenciaram que os níveis de informações prestadas em tais parágrafos, apesar de serem compatíveis com as exigências normativas vigentes para esses relatórios, resultaram em diversas questões, as quais precisavam ser elucidadas, como algumas divergências dos auditores no que se refere à classificação dos pareceres de auditoria quanto ao tratamento dado a critérios contábeis que ora era apresentado como ressalva, ora como ênfase. Mas esses estudos apenas quantificam os tipos de pareceres, não realizando uma análise crítica para cada tipo de parecer de auditoria.

Testes que envolvem a associação entre pareceres de auditoria modificados e os retornos das ações indicam que os investidores percebem que este tipo de parecer possui relevantes informações, causando reações negativas nos preços das ações nos Estados Unidos (DOPUCH; HOLTHAUSEN; LEFTWICH; 1986; CHOI; JETER, 1992).

Na Jordânia, contrariando as pesquisas supracitadas, Al-Thuneibat, Khamees, Al-Fayoumi (2008) analisaram se o relatório de auditoria possuía conteúdo informacional. Ao investigar o efeito dos relatórios de auditoria com ressalvas sobre os preços e retornos das ações, os autores concluíram que o efeito desses relatórios nos preços das ações não era significativo. Sugeriram, portanto, que o parecer da auditoria independente não possui informação relevante para o mercado financeiro daquele país.

Assim como Dopuch, Holthausen e Leftwich (1986), Choi e Jeter (1992), Al-Thuneibat, Khamees, Al-Fayoumi (2008), Batista et al. (2010) procuraram verificar como os retornos das ações das empresas listadas na Bovespa reagem à divulgação dos pareceres de auditoria, no período de 1997 a 2007. Na referida pesquisa os autores utilizaram na averiguação tanto os pareceres com ressalva quanto os sem ressalva e concluíram que existe

uma indicação de que a publicação dos pareceres de auditoria não influencia o retorno médio das ações no mês posterior à sua divulgação na maioria dos anos pesquisados.

No Brasil, Assing, Alberton e Avila (2008) ao averiguar nos pareceres dos auditores independentes se existiam ressalvas no que concerne ao evento da reavaliação de ativos quando no procedimento existir alguma não conformidade, identificaram que nenhuma empresa listada na Bovespa com deficiência na periodicidade ou nas notas explicativas, referentes a reavaliação dos ativos, apresentava ressalva no parecer, nem mesmo alguma ênfase. Segundo o estudo realizado pelos autores, apenas uma empresa cumpriu todas as normas estudadas, logo, só esta empresa poderia ter recebido o parecer de auditoria sem ressalva.

Pontes (2009) investigou como o grau de conservadorismo contábil utilizado pelas maiores empresas listadas na Bovespa é impactado por uma ressalva no parecer dos auditores independentes. A autora observou que as empresas incorporam perdas mais rapidamente do que ganhos, ao divulgarem os lucros no período pós-ressalva, indicando maior grau de utilização do conservadorismo contábil.

Nunes (2009) buscou verificar, junto a alunos do curso de Ciências Contábeis, se o parecer com ressalvas de duas empresas de capital aberto interferia em decisões de investimento e financiamento. A autora constatou que o parecer com ressalva não influenciou a percepção dos respondentes quanto ao risco e desempenho da empresa, como também não alterou a disposição desses respondentes em adquirir ações e conceder créditos a essas companhias.

Santos et al. (2009) objetivou identificar diferenças e semelhanças no conteúdo dos pareceres emitidos sobre as demonstrações contábeis de empresas brasileiras listadas na Bovespa e na *New York Stock Exchange* (NYSE), referentes ao mesmo período, elaboradas de acordo com os respectivos procedimentos contábeis brasileiros e norte-americanos. O estudo constatou um elevado grau de homogeneidade entre os pareceres brasileiros e americanos.

Cunha, Beuren e Pereira (2009) verificaram se os pareceres de auditoria das demonstrações contábeis são apresentados de acordo com as NBCs, nos aspectos formal e informacional, em uma amostra de 33 empresas em fase operacional no ano de 2004. Os autores concluíram que os pareceres de auditoria das demonstrações contábeis das empresas pesquisadas podem melhorar em relação aos aspectos formais, conforme estabelecido nas NBCs.

2.3.4 Pesquisas que desenvolveram modelos para explicar as modificações nos pareceres de auditoria

As pesquisas que buscaram construir modelos estatísticos para tentar explicar as modificações nos pareceres de auditoria, em sua maioria, utilizaram o método de estimação *logit* como ferramenta de análise. Como o objetivo desses estudos é basicamente o mesmo, o Quadro 3 evidencia de forma mais sucinta as principais pesquisas e seus achados.

Ireland (2003) menciona que a maioria dos modelos desenvolvidos para prever um parecer de auditoria, são realizados com dados de pequenas ou grandes empresas ou com abordagem apenas sobre continuidade operacional das empresas. Esses estudos usaram modelos de escolha discreta, onde a variável dependente é dicotômica (IRELAND, 2003).

A escolha das variáveis utilizadas pelas pesquisas apresentadas no Quadro 3 possuem relação com as orientações da SAS nº 59, pois, conforme Spathis (2003), os problemas financeiros (especialmente a curto prazo: solvência, liquidez e capacidade de endividamento) e problemas de funcionamento (rentabilidade e capacidade de geração de caixa das operações) fazem parte das orientações daquela norma que também orienta sobre outros dois tipos de informações como as tendências negativas (perdas), por exemplo.

De forma geral, as variáveis classificadas como financeiras nesses estudos são os índices econômicos e financeiros, tais como: liquidez, rentabilidade, solvência e endividamento, utilizando como fonte de informação as demonstrações contábeis e o parecer de auditoria. Já as variáveis ditas não financeiras eram referentes ao tipo de empresa de auditoria, litígios (processos judiciais), número de empregados, perdas de pessoal, boas notícias e más notícias no mercado, prejuízos consecutivos, tamanho da empresa, entre outros.

Vale salientar que a amostra da pesquisa de Laitnen e Laitnen (1998) compreendeu um período anterior à nova lei de auditoria da Finlândia em vigor a partir 1995, mudando o cenário da situação anteriormente encontrada. Na época, os autores identificaram que as razões para as qualificações nos pareceres de auditoria versavam principalmente sobre: a reorganização da empresa, a má situação econômica e a incerteza na avaliação de ativos. A pesquisa de Segura e Molina (2001) considerou como tamanho da companhia o valor do ativo total das empresas auditadas.

Esses estudos também servirão como base para escolha de inserir variáveis econômico financeiras, que apenas para efeito deste estudo são enquadradas como variáveis não contábeis, assim como da escolha de variável como o tipo de empresa de auditoria.

Quadro 3 – Estudos que utilizaram métodos de estimação para explicar as modificações nos pareceres de auditoria

Ano	Autor(es)	Objetivo	Nº de Comp. Analisadas	Principais Variáveis *	Principais Resultados
1987	Dopuch; Holthausen; Leftwich,	Prever as decisões dos auditores a emissão de relatórios de auditoria em situações que envolvem incertezas ou contingências.	39	Perdas do ano corrente; Retorno da Indústria; Variação da participação de terceiros sobre recursos totais.	Os resultados indicam que as qualificações são sistematicamente relacionadas às variáveis financeiras e de mercado, onde as mais importantes são os prejuízos correntes e a mudança no índice de endividamento.
1998	Laitinen; Laitinen	Analisar relatórios de auditoria qualificados e desenvolver um <i>logit</i> com base em informações financeiras para explicar qualificações nos relatórios de auditoria das empresas de capital aberto da Finlândia	37	VL, LL; ATTOT; GE; LI; Nº de empregados; ML.	Os resultados mostraram que a probabilidade de ocorrer ressalva é maior: quanto menor crescimento da empresa (observado pela variação das VL), menor parcela do patrimônio líquido no balanço patrimonial e quanto menor o número de empregados.
1999	Kleinman; Anandarajan	Examinar em que medida as informações qualitativas (não financeiras) podem ser usadas para entender a decisão de o auditor emitir um parecer limpo em comparação com um parecer modificado.	234	ATTOT; VL; PT; ROA; LC; Participação de terceiros sobre recursos totais; Perdas do ano corrente; Boas e más notícias; Processo de recuperação.	Os resultados indicam que variáveis não financeiras, como o número de notícias ruins, de dívidas e o número de anos consecutivos de prejuízos, possuem relação com o parecer modificado na presença de incertezas de continuidade.
2001	Segura; Molina	Analisar a relação entre os relatórios de auditoria ressalvados e as características corporativas.	220	Tamanho da companhia; Tipo de empresa de auditoria; Resultados extraordinários; Prejuízos; ROE; Nível de endividamento.	As evidências empíricas mostraram que o prejuízo é mais importante fator explicativo para a existência de modificações no parecer, dado a incerteza da continuidade das operações da companhia. O tamanho da empresa, o setor de atuação, o tipo de empresa de auditoria e a presença de resultados negativos extraordinários também apresentavam poder explicativo.
2003	Spathis	Testar a capacidade de discriminar entre as escolhas de uma parecer de auditoria com ressalva ou sem ressalvas.	100	Litígios no ano; Prejuízos correntes; LC; Relação entre: capital de giro e ativos, estoques e contas a receber e os ativos totais.	Foi observado que empresas com processos judiciais e com prejuízos correntes têm uma maior probabilidade de ter parecer modificado. O mesmo entendimento ocorre em empresas com baixo índice de liquidez e com alto endividamento. A variável mais importante encontrada refere-se aos processos judiciais.

(conclusão)

Ano	Autor(es)	Objetivo	Nº de Comp. Analisadas	Principais Variáveis *	Principais Resultados
2005	Ballesta; García-Meca	Investigar o papel de governança corporativa das auditorias externas, no contexto do mercado de capitais espanhol.	32	ROA; In RV; LC; Família (se existem ou não membros da família no conselho); Nº de diretores do órgão.	Os achados revelam que a presença de familiares no conselho administrativo aumenta a possibilidade de obter um relatório ressalvado. Adicionalmente confirmando resultados empíricos anteriores, as empresas espanholas recebem parecer ressalvado quando têm menor rentabilidade e menor índice de liquidez.
2007	Johl; Jubb; Houghton	Analisar o comportamento do parecer auditor, na presença de gerenciamento de resultados agressivos no contexto da crise econômica asiática que afetou a Malásia.	596	Tipo de empresa de auditoria; Prejuízo no ano; In ATTOT; Especialidade do auditor; <i>accruals</i> anormais.	Os auditores da Big 5 na Malásia parecem ressalvar mais frequentemente do que os auditores não Big 5 quando altos níveis de <i>accruals</i> anormais estão presentes. No entanto, a interação entre a especialização do auditor na indústria e <i>accruals</i> anormais não são significativos para prever a incidência de ressalvas.

* Das abreviações da coluna: VL = Vendas Líquidas; LL = Lucro Líquido; ATTOT = Ativo Total; PT = Passivo Total; GE = Grau de endividamento; LI = Liquidez Imediata; ML = Margem Líquida; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Investimento; LC = Liquidez Corrente; In = Logaritmo Natural; RV = Receita de Vendas.

Quadro 4 – Estudos que utilizaram métodos de estimação para explicar as modificações nos pareceres de auditoria

Fonte: Elaboração própria.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para atingir os objetivos propostos. A divisão do capítulo se dá em quatro partes: na primeira, a tipologia do estudo; na segunda, o foco dado nesta pesquisa; na terceira, a amostra e procedimento de coleta dos dados; e, na quarta, a estratégia empírica utilizada.

3.1 TIPOLOGIA DO ESTUDO

Este estudo utiliza a tipologia descrita por Beuren e Raupp (2006), que classifica a pesquisa quanto: aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema. Quanto aos objetivos o trabalho desenvolvido caracteriza-se como um estudo do tipo descritivo, pois descreve o efeito de algumas variáveis contábeis e não contábeis na emissão de pareceres com ressalva e/ou parágrafos de ênfase no âmbito da Bovespa, bem como a frequência de eventos que motivam a emissão desses tipos de pareceres. Para Gil (2009) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos, para contextualizar o estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, tendo em vista o estudo ser realizado por meio de material existente em relação ao tema proposto, constituído principalmente de livros, artigos, dissertações, legislação pertinente e documentos oficiais emitidos pelos reguladores de contabilidade, auditoria e mercado financeiro.

Como foram utilizados dados coletados, tanto do sítio da Bovespa, quanto do banco de dados da Economática, de todas as empresas que operam naquela bolsa, esta pesquisa também é caracterizada como levantamento ou *survey*. Para Tripodi, Fellin e Meyer (1981) apud Beuren; Raupp (2006), pesquisas que procuram descrever com exatidão algumas características de populações designadas são tipicamente representadas por estudos de *survey*.

A abordagem ao problema é qualitativa e quantitativa. É qualitativa, dado à observância dos pareceres com ressalva e/ou parágrafos de ênfase, agrupando as opiniões emitidas pelo auditor no intuito de analisar os eventos mais frequentes desses tipos de parecer, por meio de análise de conteúdo. Conforme Gil (2009), essa técnica pode ser utilizada tanto em estudos qualitativos como quantitativos, pois possibilita a descrição do conteúdo que se encontra manifesto e subentendido das comunicações.

A abordagem quantitativa é dada pela utilização de métodos estatísticos para o tratamento dos dados. Richardson (2009) sugere que o método quantitativo consiste no emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Para isso, utilizou-se o método de estimação *logit* para tentar explicar a ressalva e o parágrafo de ênfase por meio de variáveis encontradas na Bovespa e na Economática.

3.2 FOCO DA ANÁLISE

O foco da pesquisa se concentra nos pareceres emitidos pelos auditores independentes gerados por ocasião da auditoria, nas companhias listadas na Bovespa, buscando evidenciar os achados sobre o tipo de parecer a ser estudado nesta pesquisa (parecer com ressalva e/ou parágrafos de ênfase) e suas relações com algumas variáveis testadas.

3.3 AMOSTRA E PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS

Nesta fase o processo se dividiu em duas partes:

- Primeira parte – levantamento realizado por meio do sítio da Bovespa onde foram extraídos os dados sobre parecer de auditoria e empresa de auditoria; e a
- Segunda parte – levantamento feito a partir da Economática.

Na primeira parte os dados foram coletados por meio do sítio da Bovespa, compreendendo um período de 2006 a 2008 que, por acaso, coincide com o total de anos observados (3 anos) em outras pesquisas (LAITINEN; LAITINEN, 1998; KLEINMAN; ANANDARAJAN, 1999; SPATHIS, 2003).

A população desta pesquisa contempla as companhias listadas na Bovespa, sendo 482 firmas no exercício de 2006, 499 no exercício de 2007 e 505 no exercício de 2008. Nos três exercícios, 20 pareceres não se encontravam disponíveis no sítio, pela impossibilidade de *download* do arquivo, ou pela constatação de parecer já analisado por ser de outra companhia estando, portanto, duplicado (fato ocorrido em duas companhias), sendo também eliminados da análise. Assim, na amostra final constam 1.466 pareceres que foram analisados.

Após a leitura dos pareceres de auditoria representados na amostra desta pesquisa, observou-se que 647 pareceres continham ressalva e/ou parágrafos de ênfase referentes às demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2006 a 2008. É prudente especificar que no

ano de 2008 verificou-se um número muito maior de pareceres com parágrafos de ênfase devido às mudanças na Lei nº 6.404/76, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, pois as companhias apresentaram um parágrafo de ênfase padrão recomendado pelo Ibracon, conforme Comunicado Técnico nº 01/2009 aprovado pela Resolução CFC nº 1.155/09. Portanto, naquele ano, 233 pareceres continham, apenas, parágrafos de ênfase padrão, sendo que esses parágrafos foram desconsiderados para efeito de comparação com os demais anos analisados neste trabalho.

Na segunda parte, para obter dados contábeis de todas as empresas que operam na Bovespa, utilizou-se o banco de dados da Economática, também no mesmo período (2006-2008). Desse banco de dados foram coletadas as seguintes variáveis contábeis:

- Ativo Total, Receita, Lucro Bruto, Lucro Líquido, Clientes Curto Prazo, Imobilizado, Financiamento Curto Prazo, Financiamento Longo Prazo, Lucro Antes do Imposto de Renda e Valor de Mercado.

As demais variáveis encontradas na Economática foram excluídas devido à falta de informações, à existência de multicolinearidade ou pela inexistência dos valores na maioria das empresas, o que prejudicaria o número de observações. As empresas que não apresentavam valores nos três anos consecutivos também foram excluídas do total de observações.

É importante salientar que as variáveis supracitadas sofreram uma transformação para que os coeficientes estimados fossem mais bem interpretados. Primeiramente observou-se que as médias dos valores daquelas variáveis estavam concentradas na casa dos milhares. Assim, a transformação se deu pela divisão de todos os valores das variáveis pelo denominador de 1 milhão. Logo, uma unidade na variação dos coeficientes estimados será interpretada como uma variação em 1 milhão de reais ou, simplesmente, em milhares de reais. Essa interpretação faz mais sentido, já que, possivelmente (diante das cifras apresentadas pelas empresas atuantes na Bovespa), seria irrelevante a interpretação de que uma unidade (de real) aumentaria ou diminuiria a probabilidade de ocorrência de ressalva ou parágrafos de ênfase no parecer de auditoria.

Adicionalmente, amparado pela significância de variáveis apresentadas por estudos que objetivaram explicar as modificações nos pareceres de auditoria (ver Quadro 3), foram incluídas as seguintes variáveis econômico-financeiras, consideradas nessa pesquisa como não contábeis:

- Liquidez Corrente, Liquidez Geral, Participação de Terceiros sobre os Recursos Totais, Grau de Endividamento e Retorno sobre o Investimento.

3.3.1 Modo de determinação das variáveis

As variáveis oriundas da Bovespa já se encontram determinadas pelo tratamento inicial dos dados e são as seguintes: ressalva, parágrafo de ênfase e tipo de empresa de auditoria. As variáveis dependentes a serem analisadas por *logits* distintos são:

- **Ressalva:** Variável binária (1 = ocorrência de ressalva e 0 = caso contrário).
- **Parágrafo de ênfase:** Variável binária (1 = ocorrência de parágrafo de ênfase e 0 = caso contrário).

Para a seleção das variáveis contempladas no banco de dados da Economática, a fim de fazer parte do modelo estimado pelo *logit*, foi realizado o método *stepwise* por meio da eliminação *backwards* no intuito de indicar o conjunto mais provável de variáveis explicativas. Essa metodologia constitui em começar com todos os preditores no modelo e ir retirando uma a uma de acordo com critérios estatísticos (HOSMER; LEMESHOW, 2000). Os dados foram processados com auxílio de programa estatístico *Eviews 5.0*

Para esse estudo adotou-se como padrão um nível de significância de 5% para os parâmetros do modelo, dessa forma as variáveis que não apresentaram significância estatística a esse nível foram sendo omitidas, até obter a melhor especificação para o modelo final. Esse procedimento é factível, pois a significância dos parâmetros indica uma possível relação entre a variável dependente e as explicativas.

Ao final da organização da base de dados já consolidada, a amostra compreendeu 236 companhias, resultando em 708 observações. A Tabela 1 apresenta o número de observações inicial e final após a consolidação dos bancos de dados.

Tabela 1 – Número de observações do período de 2006 a 2008

Banco de dados	Nº inicial de observações	Nº resultante da consolidação	Nº final de observações
Bovespa	1466	1017	708
Economática	1977		

Fonte: Elaboração própria.

O número de observações ideal não é consenso entre os autores, no entanto Corrar e Dias Filho (2009) apresentam que esse número deve ser pelo menos o equivalente a trinta vezes o número de parâmetros que se deseja estimar. Na presente pesquisa tem-se 118 observações para cada parâmetro estimado da variável dependente ressalva, representada pelo razão entre o número de observações final da Tabela 1 e o número de variáveis do modelo (708/6) e 177 observações para cada parâmetro estimado da variável dependente parágrafo de ênfase (708/4).

3.4 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

3.4.1 Desenvolvimento do *logit*

Conforme Hosmer e Lemeshow (2000) e Corrar e Dias Filho (2009), o *logit* é caracterizado como uma técnica estatística na qual é permitido estimar a probabilidade de ocorrência de determinado evento em face de um conjunto de variáveis explanatórias, além de auxiliar na classificação de objetos ou casos. Assim, o *logit* será utilizado para estimar as probabilidades da ocorrência de ressalva e de parágrafo de ênfase.

Segundo Gujarati (2006), o *logit* é derivado de uma função de distribuição acumulada logística resultando numa curva sigmoide ou em forma de “S” que garante que os resultados estarão entre 0 e 1, conforme demonstra a Figura 1, dessa forma tem-se que o modelo é adequado para trabalhar com variáveis dependentes de respostas binárias:

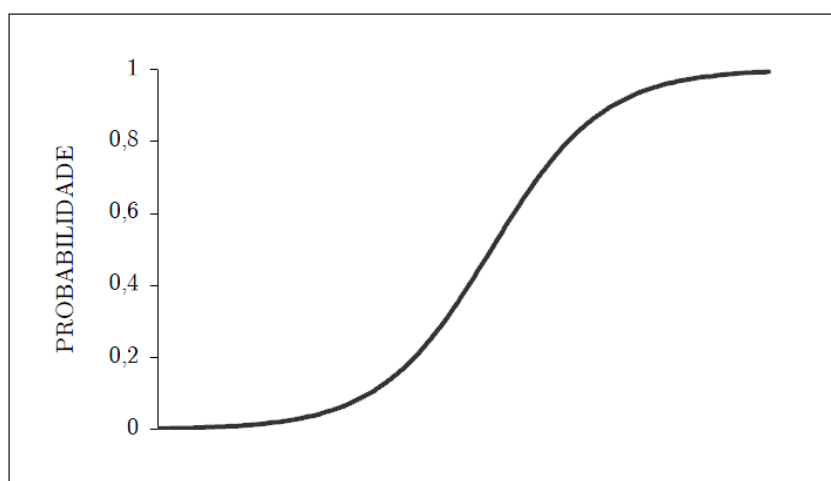


Figura 1 – Curva do *logit*

Fonte: Adaptado de Corrar e Dias Filho, 2009, p. 290.

A estimação por meio de um *logit*, assim como no modelo de regressão simples, permite prever o comportamento de uma determinada variável (explicada) em função de um determinado grupo de variáveis observadas (explicativas). No entanto, esse método permite interpretações em termos de probabilidade da ocorrência de determinado fenômeno (CORRAR; DIAS FILHO; 2009).

Algumas características do modelo linear o impedem de estimar probabilidades, como, por exemplo, o fato do modelo tratar apenas com variáveis dependentes de escolha quantitativa. A fim de contornar as inadequações inerentes ao modelo linear para estimar probabilidades, faz-se um processo de transformação logística na variável dependente o qual é constituído basicamente de duas etapas, conforme ensinam Corrar e Dias Filho (2009): A primeira consiste em convertê-la em uma razão de chance, de acordo com a Equação 1:

$$\text{Razão da chance} = \frac{P(\text{sucesso})}{1 - P(\text{sucesso})} \quad (1)$$

E a segunda etapa consiste em transformar a razão da chance numa variável de base logarítmica, representada pela Equação 2:

$$\ln\left(\frac{P(\text{sucesso})}{1 - P(\text{sucesso})}\right) = \beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_k x_{ki} \quad (2)$$

Nota-se que, no lado esquerdo da equação, tem-se o logaritmo natural da razão da chance; no direito, as variáveis independentes e os coeficientes estimados ($\beta_0 + \beta_1 + \dots + \beta_k$) que expressam mudanças no log da razão da chance. Portanto, diferentemente da regressão linear, o *logit* calcula mudanças nas inter-relações dos logs da variável dependente e não na própria variável.

O próximo passo para identificar uma equação que permita calcular a probabilidade de ocorrência de determinado evento consiste em efetuar uma operação matemática na Equação 2. O logaritmo natural é o logaritmo de base “e”, onde “e” é um número irracional conhecido como Constante de *Napier*. Após a realização de uma operação matemática, obtém-se a Equação 3:

$$P(\text{Evento}) = \frac{e^{(\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \beta_2 x_{2i} + \dots + \beta_k x_{ki})}}{1 + e^{(\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \beta_2 x_{2i} + \dots + \beta_k x_{ki})}} \quad (3)$$

Simplificando a Equação 3, obtém-se a Equação logística mais prática para calcular a probabilidade do evento:

$$P(\text{Evento}) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k)}} \quad (4)$$

Em função de sua natureza não linear, o *logit* utiliza o método da máxima verossimilhança, diferentemente do modelo linear clássico, que utiliza o método dos mínimos quadrados para a determinação dos parâmetros da regressão. O método de máxima verossimilhança objetiva estimar parâmetros que maximizem a probabilidade de uma determinada amostra pertencer a uma dada população.

A interpretação dos coeficientes estimados pelo método da máxima verossimilhança também difere dos modelos lineares. O *logit* é expresso em termos de logaritmo da razão da chance. Assim, cada coeficiente mede a variação no modelo estimado pelo *logit* de acordo com uma variação unitária de cada variável independente testada (mantendo todas as demais constantes) (GUJARATI, 2006).

A pesquisa adotou uma significância estatística de 5% para avaliar todos os parâmetros e o modelo estimado. Os testes utilizados para verificar tal significância foram três: estatística Z, LR *statistic* (teste da Razão da Verossimilhança) e teste *Wald*. A estatística Z (normal) foi utilizada para verificar a significância estatística de cada parâmetro e a LR *statistic* que testa a hipótese nula, de que todos os coeficientes das variáveis independentes são iguais a zero, para avaliar a significância estatística do modelo como um todo.

O último teste para avaliar a significância estatística do modelo é o teste *Wald*. Essa estatística avalia a hipótese de que os coeficientes logísticos não são significativamente diferentes de zero. Esse teste segue uma distribuição Qui-quadrado e, quando a variável dependente possui um único grau de liberdade, pode ser calculado elevando-se ao quadrado a razão entre o coeficiente que está sendo testado e o respectivo erro padrão (CORRAR; DIAS FILHO, 2009).

Para verificar o nível de ajustamento do modelo, ressalta-se que o *logit* não dispõe de um coeficiente de determinação, como nas regressões lineares, no entanto, existem indicadores que cumprem um papel semelhante e são chamados *pseudo R²* (GUJARATI, 2006). Esta pesquisa adotou dois testes para verificar o nível de ajustamento: O teste *Hosmer* e *Lemeshow* e *Count R²*.

O teste *Hosmer* e *Lemeshow* relaciona os dados às suas probabilidades estimadas da mais baixa à mais alta, dividindo o número de observações em 10 classes, utilizando-se o teste

Qui-quadrado para determinar se as frequências observadas estão próximas das frequências esperadas (HOSMER; LEMESHOW, 2000; CORRAR; DIAS FILHO, 2009).

A finalidade desse teste é verificar se existem diferenças significativas entre as classificações realizadas pelo modelo e a realidade observada. O certo nível de significância busca-se aceitar a hipótese de que não existem diferenças significativas entre os valores previstos e observados (CORRAR; DIAS FILHO, 2009). Quanto menor for o valor calculado nesse teste (*H-L value*), mais adequado é o modelo (SILVA, 2010).

O segundo teste de ajustamento é o *Count R²*, que é definido pela Equação 5. Como o regressando do *logit* assume o valor de 1 ou 0, se a probabilidade prevista de um elemento da amostra for maior que 0,5, é classificado como 1, e, se for menor, classifica-se como 0. Por fim, compara-se a probabilidade prevista à realidade e calcula-se o quociente entre o número de previsões corretas e o número total de observações.

$$\text{Count } R^2 = \frac{\text{Número de Previsões Corretas}}{\text{Número Total de Observações}} \quad (5)$$

Nos métodos que possuem regressando binário, como no *logit*, a qualidade do ajustamento do modelo é de importância secundária. O que mais importa são os signos esperados dos coeficientes de regressão e sua significância estatística e/ou prática (GUJARATI, 2006).

3.4.2 Modelo a ser estimado

As variáveis resultantes do levantamento realizado por meio da Económica, retiradas as exclusões necessárias e as exclusões advindas pelo método *stepwise* por meio da eliminação *backward*, compõem o *logit* proposto nesta pesquisa e está definido a seguir:

a) Para análise da variável ressalva

O modelo estimado para análise da variável ressalva está definido a seguir pela Equação 6:

$$\ln \text{ da razão da chance} = \beta_0 + \beta_1 \text{ TIPOAUDIT} + \beta_2 \text{ REC} + \beta_3 \text{ LB} + \beta_4 \text{ FINANCCP} + \beta_5 \text{ LL} + \beta_6 \text{ VALOR} \quad (6)$$

E a probabilidade de o evento ocorrer, isto é, a probabilidade de um parecer conter ressalva em função dos parâmetros estimados, será dada pela Equação 7:

$$P(RESS) = \frac{1}{(1 + e)^{-(\beta_0 + \beta_1 TIPOAUDIT + \beta_2 REC + \beta_3 LB + \beta_4 FINANCCP + \beta_5 LL + \beta_6 VALOR)}} \quad (7)$$

Em que:

- TIPOEMPAUDIT* = Tipo de empresa de auditoria: Variável binária (1 = *Big Four* e 0 = Demais empresas de auditoria).
REC = Receita: preço de venda multiplicado pelo número de unidades vendidas ou serviços prestados.
LB = Lucro Bruto: resultado deduzido os custos e despesas das vendas.
FINANCCP = Financiamentos de curto prazo.
LL = Lucro líquido.
VALOR = Valor de mercado da empresa: multiplicação da cotação de fechamento da ação pela quantidade de ações da empresa.

b) Para análise da variável parágrafo de ênfase

O modelo estimado para análise da variável parágrafo de ênfase está definido a seguir pela Equação 8:

$$\ln(\text{razão da chance}) = \beta_0 + \beta_1 LC + \beta_2 VALOR + \beta_3 FINANCLP + \beta_4 TIPOAUDIT \quad (8)$$

E a probabilidade do evento ocorrer, isto é, a probabilidade de um parecer conter parágrafo de ênfase em função dos parâmetros estimados, será dada pela Equação 9:

$$P(ENF) = \frac{1}{(1 + e)^{-(\beta_0 + \beta_1 LC + \beta_2 VALOR + \beta_3 FINANCLP + \beta_4 TIPOAUDIT)}} \quad (9)$$

Em que:

- LC* = Liquidez corrente: Razão entre ativo circulante e passivo circulante.
VALOR = Valor de mercado da empresa: multiplicação da cotação de fechamento da ação pela quantidade de ações da empresa.
FINANCLP = Financiamentos de longo prazo.
TIPOEMPAUDIT = Tipo de empresa de auditoria: Variável binária (1=*Big Four* e 0=Demais empresas de auditoria).

Em outras palavras, o modelo estimado vai mostrar se essas variáveis podem ser indicadores para um parecer conter ressalva ou parágrafo de ênfase.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 VISÃO GERAL DOS PARECERES E DAS EMPRESAS DE AUDITORIA

Como já mencionado anteriormente, na amostra baseada na Bovespa, sem os 20 que não estavam disponíveis (1.466 = 1486-20) observou-se que algumas companhias não possuíam parecer disponível (18 pareceres) ou apresentavam parecer de outra empresa (2 pareceres). A seguir, a Tabela 2 apresenta o total de companhias listadas na Bovespa por ano, onde se observa um pequeno aumento do número de companhias que passaram a operar na bolsa.

Tabela 2 – Total de companhias listadas na Bovespa por ano

Total de empresas por ano	2006		2007		2008	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Total de companhias com parecer	475	98,6	491	98,4	500	99,0
Total de companhias sem parecer disponível ou indevido	7	1,4	8	1,6	5	1,0
Total de empresas no exercício	482	100,0	499	100,0	505	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Para evidenciar a frequência de empresas de auditoria, foram consideradas as que auditavam mais de dez companhias, e as demais empresas foram dispostas em uma única frequência, conforme mostrado na Tabela 3. Seguindo a ideia de Richardson (2009), as demais empresas de auditoria não apresentam número significativo de companhias auditadas, sendo mais viável o agrupamento dessas informações dado que estas não impedem a verificação e análise dos resultados como um todo.

Observa-se ainda que, dentre todas as empresas de auditoria, a Deloitte Touche Tohmatsu se destaca no ano de 2006, concentrando o maior número de companhias (listadas na Bovespa) auditadas, representando 25% do total da amostra inicial. Porém, nos anos seguintes houve uma significativa diminuição de sua participação nesse mercado em contraponto ao aumento consecutivo de companhias auditadas pelas demais *Big Four*.

Tabela 3 – Quantidade de companhias auditadas por empresa de auditoria

<i>Big Four</i> e demais empresas de auditoria	2006		2007		2008	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Deloitte Touche Tohmatsu	117	24,6	94	19,1	84	16,8
KPMG	71	14,9	95	19,3	98	19,6
Ernest & Young	42	8,8	51	10,4	55	11,0
PricewaterhouseCoopers	42	8,8	53	10,8	62	12,4
BDO Trevisan	44	9,3	44	9,0	55	11,0
Performance	20	4,2	15	3,1	15	3,0
Directa	16	3,4	16	3,3	11	2,2
Terco Grant Thornton	16	3,4	23	4,7	27	5,4
Demais empresas de auditoria	107	22,5	100	20,4	93	18,6
Total geral de empresas com parecer	475	100,0	491	100,0	500	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Nas Figuras 2, 3 e 4 é possível observar a forte concentração de companhias que são auditadas pelas empresas denominadas de *Big Four*, mas na Tabela 3 destaca-se, também, a participação da BDO Trevisan, que em 2006 apresentou maior número de empresas auditadas do que a Ernest & Young e a PricewaterhouseCoopers (atualmente denominada somente por PwC). As Figuras 2, 3 e 4 mostram a participação das empresas do grupo *Big Four* em relação às demais empresas, nos processos de auditoria das companhias listadas na Bovespa no período de 2006 a 2008.

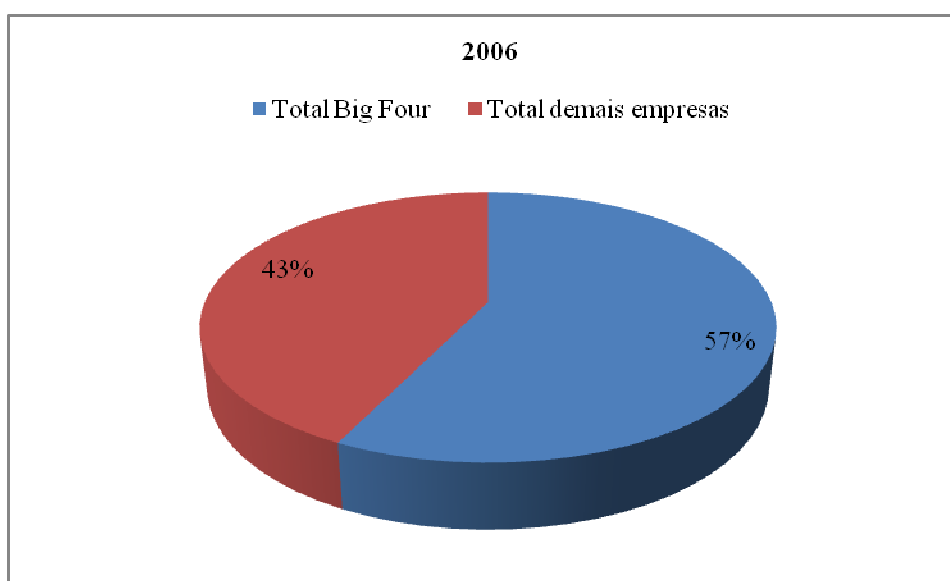


Figura 2 – Companhias auditadas por *Big Four* e demais empresas de auditoria em 2006
Fonte: Elaboração própria.

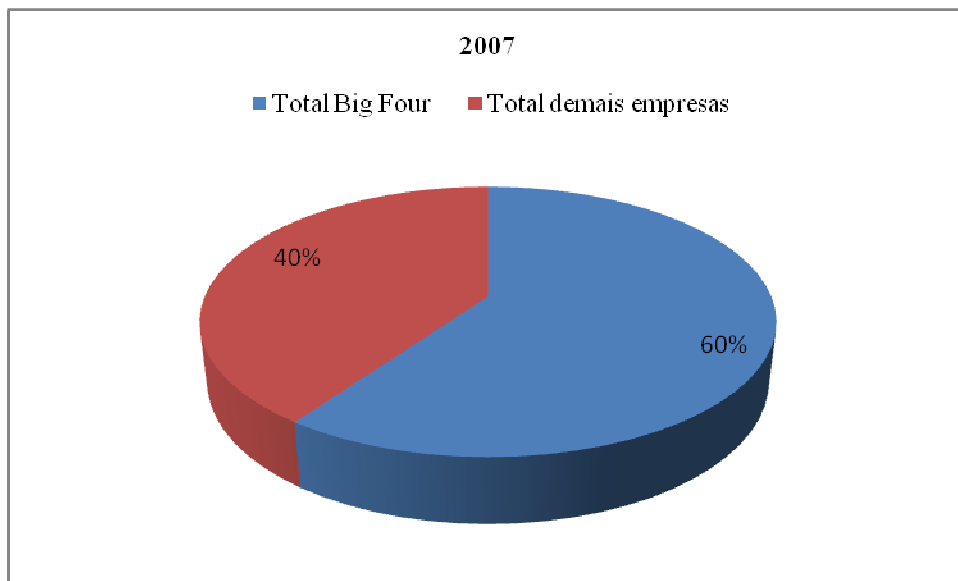


Figura 3 – Companhias auditadas por *Big Four* e demais empresas de auditoria em 2007
Fonte: Elaboração própria.

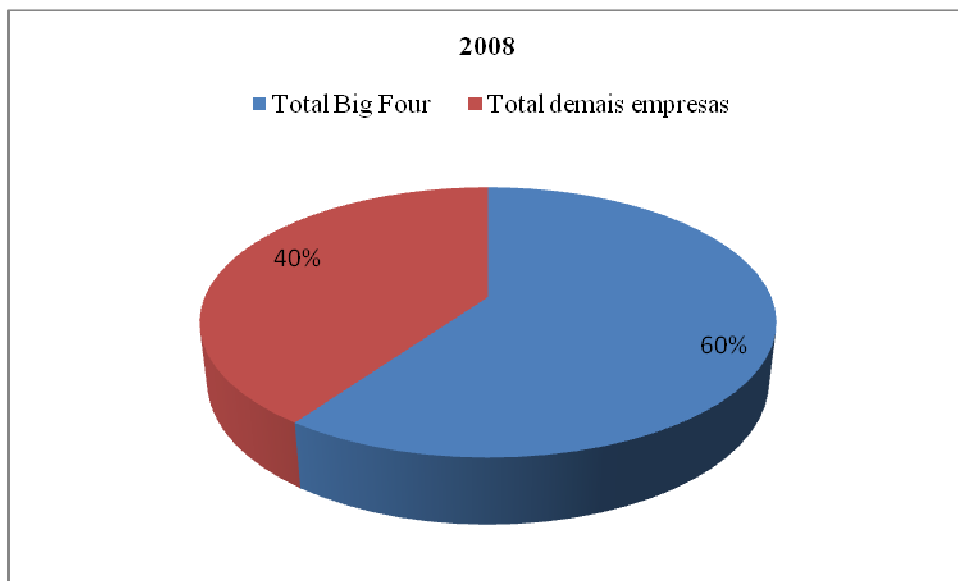


Figura 4 – Companhias auditadas por *Big Four* e demais empresas de auditoria em 2008
Fonte: Elaboração própria.

Apesar de as *Big Four* possuírem grande parcela do mercado, as demais empresas auditam uma fração significativa de 40% das companhias, das quais as empresas que mais se sobressaem são: BDO Trevisan Auditores Independentes, Directa Auditores, Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S e Terco Grant Thornton.

Não coincidentemente, duas das empresas em destaque, dentre as demais empresas de auditoria, foram adquiridas por outras duas empresas do grupo *Big Four*. De acordo com a revista Isto É Dinheiro, em agosto de 2010, a Ernst & Young adquiriu as operações brasileiras da Terco Grand Thornton e, em março de 2011, a KPMG adquiriu as operações da BDO no Brasil, naturalmente, no intuito de fortalecer a consolidação e a participação dessas grandes empresas no mercado (GRADILONE, 2011).

A Tabela 4 demonstra que, dos pareceres de auditoria referentes às demonstrações contábeis de 2006, 2007 e 2008, respectivamente, 44%, 39% e 48% possuíam parágrafo(s) de ênfase e/ou continha ressalva. Os pareceres que não apresentavam ressalva ou ênfase (pareceres limpos), ou tinham outro tipo de opinião, não foram analisados.

Como exposto anteriormente, apenas para efeitos de comparação entre os anos, os pareceres que apresentavam apenas parágrafo de ênfase padrão motivados pelas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 foram desconsiderados da análise desta pesquisa para não prejudicar a comparabilidade entre os anos analisados. A presença deste parágrafo em outros tipos de pareceres também foi desconsiderada, no entanto, neste caso, o parecer é levado em consideração. O parágrafo de ênfase padrão foi encontrado em 402 pareceres no ano de 2008, destes, 30 se encontravam em pareceres com ressalva e com parágrafo(s) de ênfase, 139 nos sem ressalva, mas com parágrafo(s) de ênfase e 233 pareceres continham somente este tipo de parágrafo.

A Tabela 4 exhibe os tipos e a quantidade de pareceres encontrados que continham o objeto deste estudo (em negrito), com base na amostra inicial da Bovespa.

Tabela 4 – Tipos de pareceres encontrados no sítio da Bovespa

Tipos de parecer encontrados	2006		2007		2008	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Sem ressalva e sem parágrafo de ênfase	257	53,3	294	58,9	25	5,0
Parecer apenas com parágrafo de ênfase padrão	–	–	–	–	233	46,1
Parecer sem ressalva, mas com parágrafo(s) de ênfase	175	36,3	165	33,1	197	39,0
Parecer com ressalva	14	2,9	13	2,6	5	1,0
Parecer com ressalva e parágrafo de ênfase	24	5,0	16	3,2	38	7,5
Parecer com negativa de opinião	5	1,0	3	0,6	2	0,4
Parecer errado no sítio	2	0,4	–	–	–	–
Nenhum parecer encontrado ou indisponível	5	1,0	8	1,6	5	1,0
Total geral	482	100,0	499	100,0	505	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Diante do número de observações final (708 – ver Tabela 1), apresenta-se nas Tabelas 5 e 6 a relação entre tipo de parecer objeto deste estudo e tipo de empresa de auditoria, com as frequências referentes ao somatório do período de 2006 a 2008. A Tabela 5 traz a frequência de emissões de pareceres sem e com ressalva, por tipo de empresa auditoria.

Tabela 5 – Parecer com e sem ressalva x tipo de empresa de auditoria

Tipos de parecer	<i>Big Four</i>		Demais empresas de auditoria		Total de observações
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	
Parecer sem ressalva	438	96,9	223	87,1	661
Parecer com ressalva	14	3,1	33	12,9	47
Total	452	100,0	256	100,0	708

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se uma significativa frequência de pareceres com ressalvas emitidos pelas demais empresas de auditoria. Os dados observados mostram que as quatro maiores, mesmo tendo uma maior representatividade, emitem menos pareceres com ressalvas. Não é possível afirmar, mas uma explicação pode residir no fato de que as *Big Four* auditam companhias com melhores controles internos, por exemplo.

A Tabela 6 mostra a frequência de emissões de pareceres sem e com parágrafo de ênfase, por tipo de empresa de auditoria.

Tabela 6 – Parecer com e sem parágrafo de ênfase x tipo de empresa de auditoria

Tipo de parágrafo	<i>Big Four</i>		Demais empresas de auditoria		Total de observações
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	
Parecer sem parágrafo de ênfase	222	48,8	90	35,2	312
Parecer com parágrafo de ênfase	230	51,2	166	64,8	396
Total	452	100,0	256	100,0	708

Fonte: Elaboração própria.

Assim como ocorrido com a emissão de ressalvas, observa-se que as demais empresas de auditoria emitem mais pareceres com parágrafo(s) de ênfase.

4.2 RESSALVA

Dado o número de observações resultante da consolidação dos bancos de dados (1017 – ver Tabela 1) ao analisar o comportamento apenas da ressalva (devido à conveniência

encontrada pelo número reduzido de pareceres com esse tipo de parágrafo), observou-se que 15 companhias obtiveram ressalva(s) em seu parecer nos três anos consecutivos, representando no acumulado um percentual de 41% do total desse tipo de parecer, conforme evidencia a Tabela 7.

Tabela 7 – Frequência de companhias com pareceres ressalvados no período de 2006 a 2008

Distribuição	2006	2007	2008	Ressalvas no período	
	Freq.	Freq.	Freq.	Freq.	%
Companhias com pareceres ressalvados nos 3 anos	15	15	15	45	40,9
Demais empresas com parecer ressalvado	23	14	28	65	59,1
Total	38	29	43	110	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Uma das características encontradas nos pareceres das companhias que apresentaram ressalva consecutiva no período de 2006 a 2008 é que 82,2% também exibiam parágrafo(s) de ênfase. Outro fato relevante é que, apesar de 9 (60%) das 15 companhias terem mudado a empresa de auditoria no decorrer do período, praticamente todos os pareceres expressavam os mesmos eventos motivadores de ressalva.

4.2.1 Eventos mais frequentes de pareceres com ressalva

A Tabela 8 apresenta de forma consolidada os eventos recorrentes ano a ano, relacionando sua representatividade em percentuais com a quantidade de pareceres com ressalva.

Tabela 8 – Eventos mais frequentes de ressalvas em comum nos anos de 2006 a 2008

Frequência de ressalvas em comum entre os anos	2006		2007		2008	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Limitação de escopo ou restrição dos procedimentos/trabalho de auditoria	8	21,1	9	31,0	10	23,3
Impossibilidade de formar opinião ou de concluir sobre a adequação de certos saldos	8	21,1	2	6,9	7	16,3
Créditos tributários	6	15,8	3	10,3	3	7,0
Falta de exame de auditoria	4	10,5	6	20,7	10	23,3
Falta de registro de alguma operação ou transação	2	5,3	2	6,9	4	9,3
Incerteza da recuperação dos ativos em sua totalidade	2	5,3	2	6,9	2	4,7

Total de pareceres com ressalva	38	-	29	-	43	-
--	-----------	----------	-----------	----------	-----------	----------

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se, de forma geral, que a limitação de escopo ou restrição dos procedimentos/trabalhos de auditoria é o motivo mais incidente de parecer com ressalva, chegando a representar 31% no ano de 2007.

Tal fato pode sugerir que existem dificuldades nos procedimentos de auditoria em ampliar o escopo de trabalho, limitações no tempo de execução de tais procedimentos (falha no planejamento do auditor) e de emissão do parecer de auditoria, ou ainda, a possibilidade de que o escopo seja influenciado pela condição financeira da empresa auditada.

É possível observar que alguns desses eventos estão diretamente relacionados com ativos das companhias, tanto das investidas como das investidoras.

4.2.2 Estimação do modelo *logit* para ressalva

A estimação do modelo *logit*, nesta pesquisa, tem por objetivo avaliar a associação de determinadas características com à existência de Ressalva nos pareceres de auditoria das companhias que operam na Bovespa nos anos de 2006 a 2008.

Como os coeficientes estimados ($\beta_0 + \beta_1 + \dots + \beta_k$) são expressos em logaritmo, eles podem ser intuitivamente melhor interpretados elevando a constante de *Napier* “e” a cada β da variável independente, representado por $\text{Exp}(\text{Coef.})$, ou seja, apenas obtendo o antilogaritmo do próprio coeficiente (CORRAR; DIAS FILHO, 2009). A interpretação inicial é realizada de acordo com o impacto de cada coeficiente no modelo, sempre considerando as demais variáveis como constantes. A Tabela 9 apresenta a relação entre as variáveis.

Tabela 9 – Relação entre ressalva e variáveis independentes

Variável	Coefficiente	Exp(Coef.)	Estatística Z	Prob. (Z)
TIPOEMPAUDIT*	-0,9228	0,3974	-2,5650	0,0103
REC	-1,3184	0,2676	-2,4612	0,0138
LB	2,4956	12,1285	2,3965	0,0166
FINANCCP	2,0428	7,7122	2,2842	0,0224
LL	-1,4820	0,2272	-2,0341	0,0419
VALOR	-0,2815	0,7547	-2,0310	0,0423
C	-1,6813	0,1861	-8,4200	0,0000
Prob(LR <i>stat</i>)	0,0000			

LR statistic (6 df)	50,6812
---------------------	---------

* Variável binária (*dummy*) 0-1.

Fonte: Elaboração própria.

Assim, uma variação positiva de um milhão no valor do LB aumenta a chance de um parecer conter ressalva em 12,13 vezes ($e^{2,4756}$), conforme exposto pelo $\text{Exp}(\text{Coef.})$, mantendo-se as demais variáveis constantes. A interpretação do FINANCCP é similar, neste caso, à chance de um parecer conter ressalva aumenta em quase 7,71 vezes. Portanto, os resultados sugerem que quanto maior LB e maior FINANCCP (analisados isoladamente), maior a probabilidade de um parecer conter ressalva.

Interpretação inversa serve para os coeficientes negativos. Por exemplo, uma variação positiva de um milhão no(a) REC, LL e VALOR diminui a chance de ocorrência de ressalva em 0,26, 0,23, e 0,75 vezes, respectivamente, quando analisadas isoladamente. Portanto, quanto maior a REC, o LL e o VALOR (analisados isoladamente), menor a probabilidade de um parecer conter ressalva. Isso é corroborado ao que se pressupõe no mercado externo, pois, conforme Ireland (2003), as grandes empresas possuem maior tendência de ter bons sistemas contábeis e controles internos reduzindo, assim, eventos propensos à ressalva, como os desacordos e limitações de escopo.

As interpretações isoladas dos coeficientes, principalmente quando analisados os que possuem sinal positivo, podem sugerir uma ideia inicial de que grandes empresas apresentam maior chance de terem seus pareceres ressalvados diante do tamanho do LB, por exemplo. No entanto, na prática, os coeficientes são analisados em conjunto no momento do cálculo da probabilidade de ocorrência do evento. Portanto, é o conjunto de informações que dirá a probabilidade de ocorrência de ressalva em determinada companhia.

Como uma constatação adicional, salienta-se que há diferença na interpretação apenas na variável binária TIPOEMPAUDIT, pois, caso ela assuma o valor 1 (ou seja, ser auditada por uma *Big Four*), a chance de um parecer conter ressalva é menor 0,4 vezes, confirmando a relação prévia estabelecida na Tabela 5.

Diferentemente de outros estudos em âmbito internacional (DOPUCH; HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1987; LAITINEN; LAITINEN, 1998; KLEINMAN; ANANDARAJAN, 1999; SEGURA; MOLINA, 2001; SPATHIS, 2003; BALLESTA; GARCÍA-MECA, 2005) nenhuma variável econômico-financeira apresentou significância estatística para a ressalva, evidenciando que o ambiente brasileiro pode ser diferente daquele, considerando o contexto anterior à total adoção das normas internacionais.

Assim, caso se tenha o interesse de se verificar qual é a probabilidade de uma empresa ter ressalva nas suas demonstrações contábeis, no período analisado nesta pesquisa, poderia ser estimado através da Equação 10:

$$P (RESS) = \frac{1}{1 + e^{-(-0,92 \cdot TIPOEMPAUDIT - 1,52 \cdot REC + 2,59 \cdot LB + 2,04 \cdot FINANCCF - 1,42 \cdot LL - 0,22 \cdot VALOR - 1,52)}} \quad (10)$$

Portanto, a probabilidade de o evento ocorrer, isto é, a probabilidade da ocorrência de ressalva, pode ser calculada pela Equação 10. Como há uma variável binária (TIPOEMPAUDIT) os eventos foram calculados em duas situações.

Caso a companhia seja auditada por uma *Big Four*, tem-se a probabilidade de 24,1% (cálculo da Equação 10 considerando as variáveis constantes ou iguais a 1) de o parecer conter ressalva. Por outro lado, se a firma for auditada por uma não *Big Four*, tem-se a probabilidade de 44,4% (cálculo da Equação 10 considerando as variáveis constantes ou iguais a 1, exceto TIPOEMPAUDIT que é igual a zero) de o parecer conter ressalva.

Essa constatação também já foi evidenciada por Martinez (2010), ao analisar a questão do gerenciamento de resultados. Martinez (2010, p. 88-89) verificou que as demais empresas de auditoria emitem com maior frequência parecer com ressalva, em comparação com as *Big Four*, parecendo haver uma espécie de compensação do tipo “tolero o gerenciamento com mais frequência, mas em compensação realizo mais ressalvas”. O autor sugere que ainda não foi possível entender o porquê dessa questão, considerando-a como intrigante e merecendo ser melhor estudada.

4.2.3 Testes de significância dos coeficientes e de capacidade de previsão do modelo para ressalva

Dado que o aspecto mais importante é a significância estatística dos coeficientes, essa análise adotou três testes: a estatística Z, a LR *statistic* e o teste *Wald*.

O teste Z confirmou a significância estatística dos seis coeficientes supracitados, evidenciando, portanto, que as variáveis têm uma influência significativa sobre a ressalva. O LR *statistic* (teste da Razão da Verossimilhança), usado para avaliar a significância estatística do modelo como um todo, rejeitou a hipótese nula de que todos os coeficientes das variáveis independentes são iguais a zero a um nível de significância de 5%, apresentando, ainda, probabilidade de 0,0% de as variáveis independentes serem iguais à zero.

A estatística *Wald* é definida como o quadrado da razão entre o coeficiente logístico estimado e o seu erro padrão. Por meio dessa estatística, que equivale ao teste t, testa-se a hipótese nula de que um determinado coeficiente não é significativamente diferente de zero.

O teste *Wald*, descrito na Tabela 10, confirma que as variáveis apresentam significância estatística, uma vez que a probabilidade dos dois testes estatísticos (*F-statistic* e *Chi-square*) foi significativa. Em outras palavras, pode-se dizer que cada coeficiente exerce efeito sobre a probabilidade de um parecer conter ressalva sendo diferentes de zero.

Tabela 10 – Teste *Wald* entre ressalva e variáveis independentes

Teste estatístico	Valor	Df	Probabilidade
<i>F-statistic</i>	30,4081	(7, 701)	0,0000
<i>Chi-square</i>	212,8571	7	0,0000

Fonte: Elaboração própria.

Após a verificação da significância estatística dos parâmetros, buscou-se avaliar a capacidade de previsão do modelo gerado. Para tanto, utilizaram-se os testes: *Hosmer* e *Lemeshow* e *Count R²*. O teste *Hosmer* e *Lemeshow* avalia a hipótese de que não há diferenças significativas entre os resultados preditos pelo modelo e os observados. A Tabela 11 apresenta os dez grupos e a comparação entre os valores observados e esperados para variável dependente ressalva.

Tabela 11 – Teste *Hosmer* e *Lemeshow* entre ressalva e variáveis independentes

Classes	Limite das classes		Grupo = não ocorrência de ressalva		Grupo = ocorrência de ressalva		Total de obs.	H-L Value
	Mínimo	Máximo	Observado	Esperado	Observado	Esperado		
1	0,0000	0,0005	70	69,9946	0	0,0054	70	0,0054
2	0,0005	0,0066	70	70,7761	1	0,2239	71	2,6984
3	0,0066	0,0173	71	70,1799	0	0,8201	71	0,8297
4	0,0174	0,0319	70	69,2553	1	1,7447	71	0,3259
5	0,0322	0,0479	67	68,1820	4	2,8180	71	0,5163
6	0,0479	0,0584	67	66,2937	3	3,7063	70	0,1421
7	0,0584	0,0798	66	66,2807	5	4,7193	71	0,0179
8	0,0809	0,1400	65	62,4247	6	8,5753	71	0,8796
9	0,1400	0,1565	64	60,4996	7	10,5004	71	1,3694
10	0,1566	0,5347	51	57,1133	20	13,8867	71	3,3456
Total	----	----	661	661,0000	47	47,0000	708	10,1303
Prob. <i>Chi-Sq</i> (8)		0,2560						

Fonte: Elaboração própria.

A distribuição Qui-quadrado apresentou a probabilidade igual a 25,6%, com 8 graus de liberdade, indicando, portanto, a não rejeição da hipótese nula do teste, confirmando a aderência do modelo aos dados.

A medida de qualidade do ajustamento *Count R²* consiste na razão entre o número de previsões corretas e o número total de observações. Adotando o valor de 0,5 como referência, o teste revela que o modelo exposto realizou 661 simulações corretas, das 708 simulações realizadas, representando um percentual de 93,4% de acertos, considerando, assim, como um bom resultado.

4.3 PARÁGRAFO DE ÊNFASE

4.3.1 Eventos mais frequentes de pareceres com parágrafo(s) de ênfase

Na Tabela 12 observa-se a frequência de eventos mais incidentes de parágrafos de ênfase, relacionando sua representatividade em percentuais com a quantidade de pareceres com parágrafos de ênfase. Nota-se que o motivo relativo aos prejuízos no exercício, recorrentes ou contínuos, revela-se mais repetitivo entre os anos, embora haja significativa queda passando de 27% em 2006 para 17% em 2008. Em oposição a esse decréscimo está o motivo relacionado aos créditos tributários, crescendo de 10% em 2006 para 12% em 2008.

Tabela 12 – Eventos frequentes de parágrafo(s) de ênfase em comum nos anos de 2006 a 2008

Frequência de parágrafos de ênfase em comum entre os anos	2006		2007		2008	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Prejuízos no exercício/ recorrentes ou contínuos	53	26,6	45	24,9	41	17,5
Passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo)	35	17,6	31	17,1	26	11,1
Deficiência de capital de giro/capital de giro negativo	34	17,1	28	15,5	20	8,5
Discussões judiciais	28	14,1	27	14,9	26	11,1
Créditos tributários	19	9,6	26	14,4	27	11,5
Incerteza de realização de contas a receber	12	6,0	17	9,4	12	5,1
Ativo e passivo sujeitos a modificações dependendo de decisão judicial	8	4,0	7	3,9	7	3,0
Reposicionamento tarifário homologado pela Aneel havendo possíveis efeitos na posição patrimonial e financeira em períodos subsequentes	8	4,0	10	5,5	24	10,2
Em fase pré-operacional	5	2,5	6	3,3	9	3,8

Falta de exame de auditoria de demonstrações no exercício atual ou anterior	6	3,0	5	2,8	7	3,0
Total de pareceres com parágrafos de ênfase *	199	-	181	-	235	-

* Inclusive os parágrafos de ênfase encontrados nos pareceres com ressalva.

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se na Tabela 12 que os prejuízos no exercício, passivo a descoberto e deficiências de capital de giro apresentam-se com maior frequência no período analisado. No entanto, os eventos relacionados ao reposicionamento tarifário e sobre ativos e passivos sujeitos a modificações ocorreram em sua totalidade nas companhias do setor elétrico.

4.3.2 Estimação do modelo *Logit* para parágrafo de ênfase

O modelo *logit* também foi estimado considerando como variável explicativa, a existência ou não de parágrafo de ênfase. Os resultados seguem na tabela 13.

Tabela 13 – Relação entre parágrafo de ênfase e as variáveis independentes

Variável	Coefficiente	Exp(Coef.)	Estatística Z	Prob. (Z)
LC	-0,4036	0,6679	-5,9480	0,0000
VALOR	-0,0388	0,9620	-3,5031	0,0005
FINANCLP	0,2000	1,2214	3,3848	0,0007
TIPOEMPAUDIT*	-0,4362	0,6465	-2,5642	0,0103
C	1,2652	3,5439	7,2264	0,0000
Prob(LR <i>stat</i>)	0,0000			
LR <i>statistic</i> (4 df)	74,7323			

* Variável binária (*dummy*) 0-1.

Fonte: Elaboração própria.

Aqui se observa que os coeficientes de LC e VALOR são negativos, significando que, se o valor dessas variáveis aumentarem, a chance de ocorrência de parágrafo de ênfase (representada pelo Exp(Coef.)) diminui 0,67 e 0,96 vezes, quando analisadas isoladamente. O contrário ocorre com a variável FINANCLP, significando que, se esta aumentar em um milhão de reais, a chance de ocorrência de parágrafo de ênfase aumenta 1,22 vezes ou 22%.

A interpretação da variável binária TIPOEMPAUDIT indica que, se a empresa for auditada por uma *Big Four* (TIPOEMPAUDIT = 1), diminui a chance de um parecer conter

parágrafo de ênfase em 0,64 vezes, confirmando a relação prévia estabelecida na Tabela 6, onde se observa que as demais empresas de auditoria emitem mais esse tipo de parágrafo.

A probabilidade de uma empresa ter ênfase no parecer de suas demonstrações contábeis, no período analisado nesta pesquisa, pode ser estimada através da Equação 11:

$$P(ENF) = \frac{1}{1 + e^{-(-0,40 \cdot LC - 0,64 \cdot VALOR + 0,20 \cdot FINANCLF - 0,44 \cdot TIPOEMPAUDIT + 1,57)}} \quad (11)$$

4.3.3 Testes de significância dos coeficientes e de capacidade de previsão do modelo para parágrafo de ênfase

Para verificar a significância estatística dos coeficientes, utilizaram-se três testes: a estatística Z, a LR *statistic* e o teste *Wald*. A estatística Prob. (Z) e a LR *statistic* (74,7) confirmam a significância estatística das variáveis apresentadas e do modelo (resultando na rejeição da hipótese nula de que os coeficientes são iguais a zero).

A estatística *Wald*, que equivale ao teste t, testa a hipótese nula de que um determinado coeficiente não é significativamente diferente de zero. O teste *Wald*, exibido na Tabela 14, confirma que as variáveis apresentam significância estatística, por meio da probabilidade dos dois testes estatísticos (*F-statistic* e *Chi-square*). Em outras palavras, pode-se dizer que cada coeficiente exerce efeito sobre a probabilidade de um parecer conter parágrafo de ênfase e são diferentes de zero.

Tabela 14 – Teste *Wald* entre parágrafo de ênfase e as variáveis independentes

Teste estatístico	Valor	df	Probabilidade
<i>F-statistic</i>	13,30424	(5, 703)	0,0000
<i>Chi-square</i>	66,52120	5	0,0000

Fonte: Elaboração própria.

Após a verificação da significância estatística dos parâmetros, pretende-se avaliar a capacidade de previsão do modelo gerado, utilizando os testes: *Hosmer* e *Lemeshow* e *Count R²*.

O teste *Hosmer* e *Lemeshow* testa a hipótese nula de que não existem diferenças significativas entre os valores observados e esperados. A Tabela 15 apresenta os dez grupos e a comparação entre os valores observados e esperados.

Tabela 15 – Teste *Hosmer e Lemeshow* entre parágrafo de ênfase e variáveis independentes

Classes	Limite das classes		Grupo = não ocorrência de parágrafo de ênfase		Grupo = ocorrência de parágrafo de ênfase		Total de obs.	H-L Value
	Mínimo	Máximo	Observado	Esperado	Observado	Esperado		
1	0,0026	0,3593	46	54,1444	24	15,8556	70	5,4086
2	0,3597	0,4644	49	41,4762	22	29,5238	71	3,2822
3	0,4646	0,5042	44	36,5936	27	34,4064	71	3,0934
4	0,5043	0,5405	35	33,8805	36	37,1195	71	0,0708
5	0,5406	0,5720	42	31,4284	29	39,5716	71	6,3802
6	0,5725	0,6088	23	28,7721	47	41,2279	70	1,9661
7	0,6101	0,6431	25	26,5371	46	44,4629	71	0,1422
8	0,6437	0,6868	20	23,8002	51	47,1998	71	0,9127
9	0,6872	0,7480	17	19,8975	54	51,1025	71	0,5862
10	0,7480	0,9582	11	15,4700	60	55,5300	71	1,6514
Total	----	----	312	312,000	396	396,000	708	23,4937
Prob. <i>Chi-Sq</i> (8)		0,0028						

Fonte: Elaboração própria.

Observando a coluna H-L *value* e o seu total, nota-se que há diferenças significativas entre os valores preditos e os observados, logo, o modelo não representa a realidade de forma satisfatória, não sendo capaz de produzir estimativas e classificações confiáveis. A observação pode ser feita pela probabilidade do Qui-quadrado, pois apresenta apenas 0,28%, indicando, portanto, a rejeição da hipótese nula do teste a um nível de 5%.

O *Count R²* (razão entre o número de previsões corretas e o número total de observações, adotando o valor de 0,5 como referência) revela que o modelo exposto realizou 396 simulações corretas, representando um percentual de 55,9% de acertos, das 708 simulações realizadas, sendo este um resultado regular de ajustamento do modelo.

Apesar da significância estatística das variáveis escolhidas na estimação, o mau ajustamento do modelo, mesmo sendo este de importância secundária, valendo mais a sua significância estatística e/ou prática, conforme Gujarati (2006), não é confiável realizar testes ou cálculos de probabilidades de ocorrência de parágrafo de ênfase no parecer de auditoria, utilizando as variáveis preditoras do modelo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria possui um importante papel diante do mercado financeiro, expressando, por meio do parecer do auditor, sua opinião sobre a adequação em todos os aspectos relevantes da posição patrimonial e financeira das demonstrações contábeis da empresa auditada.

Sobre o aspecto das empresas de auditoria, observou-se uma maior participação das empresas denominadas *Big Four*, fato este que também ocorre em outros mercados financeiros, de forma tal que é possível dizer que o mercado de trabalho de auditoria no Brasil se assemelha a outros mercados de capitais.

Dentro do escopo desta pesquisa, verificou-se a predominância dos pareceres-padrão ou parecer sem ressalva, conforme exposto por Boynton, Johnson e Kell (2002), sendo que, em média, apenas 7,4% dos pareceres contêm ressalvas e 41,4% contêm parágrafos de ênfase.

5.1 CONSIDERAÇÕES E EVIDÊNCIAS QUANTO AOS EVENTOS MAIS FREQUENTES DE RESSALVA E PARÁGRAFOS DE ÊNFASE

Neste trabalho foi constatado que 41% dos pareceres com ressalva pertenciam às mesmas companhias no decorrer do período e que praticamente todos os eventos motivadores de emissão de ressalva eram semelhantes, mesmo havendo mudança de empresa de auditoria. Assemelhando-se aos achados de Farrugia e Baldacchino (2005), identificou-se que os eventos mais frequentes dos pareceres com ressalva são: a presença da limitação de escopo de trabalho e a impossibilidade de formar opinião.

As dificuldades nos procedimentos de auditoria sugerem limitações de escopo de tais procedimentos (falha no planejamento do auditor), principalmente naquelas firmas que, por dispositivos legais ou estatutários, têm prazos reduzidos para divulgação de relatórios e convocação e instalação de reuniões e assembleias. Outra possibilidade é que o escopo pode ser influenciado pela condição financeira da empresa auditada.

Por sua vez, nos parágrafos de ênfase, observou-se um número elevado de indicações sobre prejuízos contínuos, passivo a descoberto e deficiências de capital de giro, sendo que, em sua maioria, essas informações se apresentam conjuntamente nos pareceres analisados, tendo ainda alerta da auditoria ao fato de que não estão sendo efetuados ajustes nas demonstrações contábeis para o caso de descontinuidade dessas companhias.

Adicionalmente, nos parágrafos de ênfase verificaram-se informações sobre discussões judiciais sem o provisionamento para eventuais perdas no caso de insucesso da discussão, o que poderia, *a priori*, fornecer subsídios para emissão de parecer com ressalvas.

Dentre esses eventos se destaca a presença da indicação de créditos tributários sem compensação devida. Esse fato pode demonstrar que essas empresas não atenderam aos critérios estabelecidos para o reconhecimento de ativo fiscal diferido oriundo de prejuízos fiscais, que está disposto no art. 2º da Instrução CVM nº 371/2002 e Resolução CFC nº 998/2004, as quais estabelecem que a empresa deve atender, cumulativamente, às seguintes condições: (a) apresentar histórico de rentabilidade em anos anteriores (para CVM, apresentar resultados tributáveis em 3 dos 5 últimos exercícios sociais ou justificativa fundamentada); (b) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros; e (c) lucros futuros do item anterior devem ser trazidos a valor presente com base no prazo total estimado para sua realização. Portanto, essas empresas apresentam evidências para emissão de parecer com ressalvas.

Outro fato frequente é a falta de exames de auditoria nas suas investidas das empresas auditadas, podendo afetar significativamente a confiabilidade das demonstrações contábeis dessas companhias.

5.2 CONSIDERAÇÕES E EVIDÊNCIAS QUANTO AO EFEITO DE VARIÁVEIS CONTÁBEIS E NÃO CONTÁBEIS SOBRE A EMISSÃO DE PARECER COM RESSALVA E PARÁGRAFO DE ÊNFASE

Este estudo, através do modelo estimado pelo *logit*, apresenta evidência empírica de que existem efeitos significativos de variáveis contábeis e não contábeis na emissão de pareceres de auditoria, afinal, algumas variáveis possuem relação direta com as demonstrações contábeis que são o objeto de análise da auditoria.

As constatações mais significativas são as de que a probabilidade de obter um parecer de auditoria ressalvado está relacionada com o valor de mercado da empresa, o tipo de empresa de auditoria (se *Big Four* ou não), o volume de financiamento a curto prazo, o lucro bruto e a receita auferida pela entidade auditada. Observou-se que, quanto maior o valor de mercado da empresa, do lucro líquido e da receita auferida por uma entidade, menor a probabilidade de ocorrência de ressalva.

Os resultados são consistentes com outras pesquisas, evidenciando, por exemplo, que, quanto maior o valor de mercado da empresa, mais susceptível de encontrar melhores

sistemas internos de controle financeiro e, portanto, menos chances de receber uma ressalva (SEGURA; MOLINA, 2001; BALLESTA; GARCÍA-MECA, 2005).

Mesmo sem uma resposta aparente, o que também chamou a atenção de outro pesquisador (MARTINEZ, 2010), evidenciou-se que a probabilidade de ocorrência de parecer de auditoria com ressalva é menor quando emitidas pelas *Big Four*, sendo necessário um maior aprofundamento sobre o fato. Ao levar-se em conta que aquelas quatro empresas juntas têm, em média, 60% do mercado nas suas “mãos”, fica mais intuitivo o entendimento dessa relação quando confrontado à quantidade de emissões de pareceres ressalvados dentro das 708 observações. Enquanto as *Big Four* emitiram 13, as demais empresas de auditoria emitiram 33 pareceres com ressalva no período de 2006 a 2008.

Com relação à ocorrência de parágrafos de ênfase, entre as variáveis econômico-financeiras, apenas a liquidez corrente foi significativa. Entretanto, apesar de as demais variáveis apresentarem significância estatística, o modelo como um todo não representou nível confiável de ajustamento, indicando que os resultados advindos do mesmo não seriam aplicáveis à realidade do mercado. Isso eventualmente indica que pode haver outras variáveis que expliquem melhor a ocorrência de parágrafos de ênfase.

O modelo estimado para ressalva pode ser usado como uma ferramenta de controle de qualidade na fase final de revisão ou na análise sobre como as mudanças em variáveis específicas poderia acrescentar ou diminuir a probabilidade de ocorrência de um parecer ressalvado (KLEINMAN; ANANDARAJAN, 1999). Pesquisadores podem ser capazes de usar um modelo que prevê pareceres de auditoria para avaliar a extensão em que os mercados esperam uma parecer modificado (IRELAND, 2003).

Eventualmente, uma empresa que deseje adquirir outra pode avaliar a probabilidade desta última vir a receber um parecer com ressalva, dado que o conhecimento da probabilidade de ressalva que a empresa-alvo poderá receber pode vir a ser útil na formação da potencial estratégia do adquirente na negociação.

De forma geral, os achados desta pesquisa podem ajudar aos usuários da informação para uma melhor avaliação e interpretação das evidências aqui destacadas. Esta pesquisa é apenas um ponto inicial com o objetivo de indicar nova ferramenta para explicação ou predição da emissão dos pareceres ressalvados e/ou com parágrafos de ênfase. A partir desses achados, os agentes econômicos podem utilizar a ferramenta para verificar se, na prática, dentro do seu cotidiano, realmente ocorre alguma relação entre as variáveis testadas e a emissão dos pareceres estudados.

5.3 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Esta dissertação apresentou resultados ainda não conhecidos no Brasil, de forma mais detalhada, sobre os aspectos e frequências dos eventos que geram pareceres de auditoria com ressalva e parágrafo de ênfase. Com o intuito de estabelecer uma relação dos resultados obtidos após a análise dos pareceres, buscou-se, também, estabelecer alguma relação entre variáveis contábeis e não contábeis a fim de identificar possíveis efeitos que as variáveis testadas teriam na ocorrência de ressalva e parágrafo de ênfase, para trazer uma nova perspectiva além da holística e abordagens já tratadas em outros estudos.

Um ponto limitador e, porque não, impulsionador de um novo estudo, se dá pelo período de análise dos pareceres, dado que a legislação vigente ainda era anterior à Lei nº 11.638/07, não estando totalmente consolidada até o ano de 2010. Portanto, uma nova pesquisa comparando os resultados aqui reportados poderá ser realizada.

Outras pesquisas podem contribuir e melhorar a ferramenta utilizada identificando outras variáveis que melhor expliquem a emissão do parecer de auditoria com ressalvas e/ou parágrafos de ênfase.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Kátia S. L. de S.; DIAS FILHO, José M.; BRUNI, Adriano L. Um estudo empírico sobre a produção de legitimidade em Auditoria e as *expectation GAP*. In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10, 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/551.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2010.

ALMEIDA, Karla K. N. **Uma análise crítica dos pareceres dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras**. 2006. 124p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFPE/UFRN. João Pessoa, 2006.

AL-AJMI, Jasim. *Audit firm, corporate governance, and audit quality: Evidence from Bahrain*. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, n. 25, p. 64-74. 2009.

AL-THUNEIBAT, Ali A.; KHAMEES, Basheer A.; AL-FAYOUMI, Nedal A. *The effect of qualified auditors' opinions on share prices: evidence from Jordan*. **Managerial Auditing Journal**. Vol. 23, p. 84-101, 2008.

ANTUNES, Jerônimo. **Contribuição ao estudo da avaliação de risco e controles internos na auditoria de demonstrações contábeis no Brasil**. 1998. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo (FEA/USP). São Paulo, 1998.

ASSING, Ildefonso; ALBERTON, Luiz; AVILA, Renato V. O Atendimento às Normas na Reavaliação de Ativos Imobilizados e nos Pareceres Emitidos por Auditoria Independente: um Estudo Exploratório. In. ENANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2008. CD ROM.

AZEVEDO, Filipe; COSTA Fábio M. da. Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. In: Congresso ANPCONT, 2, 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPCONT, 2008. Disponível em: <http://www.anpcont.com.br/site/materia.php?id=38>. Acesso em: 12 fev. 2010.

BALLESTA, Juan P. S.; GARCÍA-MECA, Emma. *Audit qualifications and corporate governance in Spanish listed firms*. **Managerial Auditing Journal**. v. 20, n. 7, p. 725-738. 2005.

BATISTA, Cleibson G. *et al.* Impacto dos pareceres de auditoria na variação do retorno das ações preferenciais das empresas listadas na BOVESPA. In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10, 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/163.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2010.

BECKER, Connie. L. *et al.* *The effect of audit quality on earnings management*. **Contemporary Accounting Research**, v. 15, 1998.

BEUREN, Ilse M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: RAUPP, Fabiano M.; BEUREN, Ilse M. (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo, Atlas: 2006. p. 76-96.

BOVESPA. Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. Tradução: José Evaristo do Santos. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 15 mai. 2011.

_____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 15 mai. 2011.

BRAUNBECK, Guillermo O. De emendas e sonetos: o mercado quer o rodízio de auditores? In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/170.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

BRAUNBECK, Guillermo O; CARVALHO, Luiz N. G. de. Rodízio obrigatório de auditorias: emenda pior que o soneto? In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/169.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

CAVALCANTE, Paulo R. N. **Uma contribuição ao estudo das responsabilidades dos auditores independentes no Brasil**. 1994. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo (FEA/USP). São Paulo, 1994.

CHUNG, Janne et al. *Auditor liability to third parties after Sarbanes-Oxley: An international comparison of regulatory and legal reforms*. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. v. 19, p. 66-78, 2010.

CHOI, Sung K.; JETER, Debra C. *The effect of qualified audit opinion on earnings response coefficients*. **Journal of accounting and Economics**. v. 15, n. 2/3, p. 229-247, 1992.

CHOO, Teck-Min. *Investors' Prior Expectations of Audit Opinions*. **Managerial Auditing Journal**. v. 9, p. 16-28, 1994.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999**. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM nos. 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998. Disponível

em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=\inst\inst308.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

_____. **Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.** Dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=\inst\inst371.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

_____. **Ofício-Circular/CVM/SNC nº 12, de 2 de setembro de 2009.** Dispõe sobre a atuação dos auditores independentes nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFICIO-CIRCULAR-CVM-SNC-12-2009.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios Fundamentais e Normas brasileiras de Contabilidade:** auditoria e perícia. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/livro_auditoria_e_pericia.pdf.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2011.

_____. **Resolução CFC nº 953, de 24 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a alteração no modelo de parecer referido no item 11.3.2.3 da NBC T 11 – normas de auditoria independente das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_953.doc>. Acesso em: 1 ago. 2009.

_____. **Resolução CFC nº 998, de 21 de maio de 2004.** Aprova a NBC T 19.2 – Tributos sobre Lucros. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_998.doc>. Acesso em: 1 ago. 2009.

_____. **Resolução CFC nº 1.155, de 23 de janeiro de 2009.** Aprova o Comunicado Técnico CT 02 que trata da emissão de Parecer dos Auditores Independentes face à edição da NBC T 19.18. Disponível em: <www.cfc.org.br/uparq/Res_1155.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.

_____. **Resolução CFC nº 1.203, de 27 de novembro de 2009.** Aprova a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1203.doc>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. **Resolução CFC nº 1.231, de 27 de novembro de 2009.** Aprova a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1231.doc>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. **Resolução CFC nº 1.232, de 27 de novembro de 2009.** Aprova a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1232.doc>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. **Resolução CFC nº 1.233, de 27 de novembro de 2009.** Aprova a NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1233.doc>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. **Resolução CFC nº 1.279, de 8 de abril de 2010**. Altera a data de aplicação das NBC TAs, aprovadas pelas Resoluções CFC n. 1.201/09 a 1.238/09, e das NBC TRs, aprovadas pelas Resoluções CFC n. 1.274/10 e 1.275/10. Brasília: CFC, 2010. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1279.doc>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CORRAR, Luiz J.; PAULO Edilson; DIAS FILHO José M. Regressão Logística. In: CORRAR, Luiz J.; DIAS FILHO José M. (org.) **Análise Multivariada**. São Paulo, Atlas: 2009. p. 280-323.

CUNHA, Paulo R.; BEUREN, Ilse .M.; PEREIRA, Elisangela. Análise dos pareceres de auditoria das demonstrações contábeis de empresas de Santa Catarina registradas na Comissão de Valores Mobiliários. **RIC - Revista de Informação Contábil**, v. 3, n. 4, p. 44-65, out.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/152/162>>. Acesso em: 25 out. 2010.

DOPUCH, Nicholas; HOLTHAUSEN, Robert W. ; LEFTWICH, Richard W. *Abnormal stock returns associated with media disclosures of 'subject to' qualified audit opinions*. **Journal of Accounting and Economics**. v. 8, p. 93-118, 1986.

_____. *Predicting audit qualifications with financial and market variables*. **Accounting Review**. LXII(3), p. 431-453, 1987.

DUTRA, Marcelo H.; ALBERTON, Luiz; VAN BELLEN, Hans M. A análise de conteúdo aplicada aos parágrafos de ênfase e de informação relevante dos pareceres da auditoria independente emitidos para as empresas do setor elétrico. In. ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2007. CD ROM.

FARRUGIA, Konrad J.; BALDACCHINO, Peter J. *Qualified audit opinions in Malta*. **Managerial Auditing Journal**. v. 20, n. 8, p. 823-843. 2005.

FORMIGONI, Henrique et al. A contribuição do rodízio de auditoria para a independência dos serviços prestados: um estudo exploratório baseado na percepção de gestores de companhias abertas brasileiras. In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 7, 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/614.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

GASSEN, Joachim; SKAIFE, Hollis A. *Can Audit Reforms Affect the Information Role of Audits? Evidence from the German Market* (Out, 2008). **Contemporary Accounting Research**, Vol. 26, No. 3, 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1396189>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Eric B. **Análise de Risco de Crédito com o uso de modelos de Regressão Logística, redes neurais e algoritmos genéticos**. 2005. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – FEA/USP. São Paulo, 2005.

GRADILONE, Claudio. KPMG sobe um degrau: A aquisição da BDO no Brasil aumenta participação da empresa no mercado de auditoria de clientes médios. **Revista ISTO É**

Dinheiro. Ed. 704, Finanças, 1 abr. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/53211_KPMG+SOBE+UM+DEGRAU>. Acesso em: 6 abr. 2011.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2006.

HORITA ITO, Elizabeth Y.; MENDES, Paulo C. M.; NIYAMA, Jorge K. Controle de qualidade dos serviços de auditoria independente: um estudo de comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p. 312-328, jan.-dez. 2008.

HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley. **Applied Logistic Regression - Wiley Series in Probability and Statistics**. 2 ed. Editora John Wiley and Sons, 2000.

IBRACON. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **Norma de Procedimento de Auditoria nº 1**. Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/anexo.asp?idpagina=848>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

IRELAND, Jennifer C. *An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK*. **Journal of Business Finance & Accounting**. v. 30, n. 7-8, p. 975-1015, 2003.

JACKSON, Andrew B.; MOLDRICH, Michael; ROEBUCK, Peter. *Mandatory audit firm rotation and audit quality*. **Managerial Auditing Journal**. DOI 10.1108/02686900810875271. v. 23, n. 5, p. 420-437, 2008.

JOHL, Shireenjit; JUBB, Christine A.; HOUGHTON, Keith A. *Earnings management and the audit opinion: evidence from Malaysia*. **Managerial Auditing Journal**. v. 22, n. 7, p. 688-715, 2007.

KLEINMAN, Gary; ANANDARAJAN, Asokan. *The usefulness of off-balance sheet variables as predictors of auditors' going concern opinions: an empirical analysis*. **Managerial Auditing Journal**. v. 14, n. 6, p. 273-285, 1999.

LAITINEN, Erkki. K.; LAITINEN, Teija. *Qualified audit reports in Finland: evidence from large companies*. **The European Accounting Review**. v. 7, n. 4, p. 639-653, 1998.

MARTINEZ, Antonio L. Novo mercado, auditoria e o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais no Brasil. In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/503.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. Quando o conselho de administração e a auditoria evitam o gerenciamento de resultados? Evidências empíricas para empresas brasileiras. **RIC - Revista de Informação Contábil**, vl. 4, n. 1, p. 76-93, jan.-mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/240/169>>. Acesso em: 11 mai. 2011.

MARTINEZ, Antonio L.; REIS, Graciela M. R. Rodízio de auditores e o gerenciamento de resultados. In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10, 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/574.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2010.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, César A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

NUNES, Danielle M. S. **Uma análise da influência do parecer dos auditores independentes com ressalvas em decisões de usuários das informações contábeis**. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Alexandre Q. de; SANTOS, Neusa, M. B. F. dos. Rodízio de firmas de auditoria: a experiência brasileira e as conclusões do mercado. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, v. 18, n. 45, p. 91-100, set./dez. 2007. Disponível em: <www.eac.fea.usp.br>. Acesso em: 12 fev. 2010.

PACHECO, Marcela S.; OLIVEIRA, Denis R. de ; LA GAMBA, Fabrício. A história da auditoria e suas tendências: um enfoque sobre governança corporativa. In: SEMEAD – Seminário em Administração FEA–USP, 10, 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: SEMEAD, 2007. Disponível em: <www.eac.fea.usp.br/semead/10semead>. Acesso em: 12 fev. 2010.

PALEPU, Krishna G.; HEALY, Paul M.; BERNARD, Victor L. **Business analysis e valuation: using financial statements**. 3rd ed. Ohio: Thomson Learning, 2004.

PONTES, Laiz T. Efeitos da ressalva sobre o grau de conservadorismo Contábil: evidências empíricas de mudanças no grau de Conservadorismo no período pós-ressalva. . In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.congress USP.fipecafi.org/artigos92009/55.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. **Accounting theory**. 4th ed. London: Thomson Learning, 2000.

RICARDINO, Álvaro; CARVALHO, L. Nelson. Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil. São Paulo, 2004. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, n. 35, p. 22-34, maio/agosto 2004. Disponível em: <www.eac.fea.usp.br>. Acesso em: 12 fev. 2010.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Anderson C. dos. et al. Auditoria independente: um estudo dos pareceres emitidos sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras listadas na Bovespa e na Nyse. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, FURB, v. 5, n.4, p. 44-62, out./dez., 2009. doi:10.4270/ruc.2009430. Disponível em: <www.furb.br/universocontabil>. Acesso em: 24 ago. 2010.

SANTOS, Edson C. dos; PEREIRA, Anísio C. O Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis: uma abordagem sobre o parecer-padrão, atualmente em vigor no Brasil. **Revista Administração On Line – FECAP**. Vol. 5, n. 3, p 26-38 jul./ago./set. 2004. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5033.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2011.

SEGURA, Amparo S.; MOLINA, Guillermo S. *El Informe de Auditoría y su relación con las características corporativas. Revista Española de Financiación y Contabilidad.* v. XXX, n. 108, p. 349-392, abr.-jun. 2001. Disponível em: <<http://www.aeca.es/pub/refc/articulos.php?id=0156>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

SIEGEL, Gary; RAMANAUSKAS-MARCONI, Helene. *Behavioral Accounting*. Cincinnati, Ohio: *South-Western Publishing CO*. 1989.

SILVA, Simone P. **Auditoria independente no Brasil: Evolução de 1997 a 2008 e fatores que podem influenciar a escolha de um auditor pela empresa auditada.** 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – FEA/USP. São Paulo, 2010.

SOARES, André D. de V. A. **O controle de qualidade do trabalho de auditoria: estudo comparativo dos países da União Europeia.** 2005. 223 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Auditoria - Universidade do Minho). Escola de Economia e Gestão Braga, 2005.

SPATHIS, Charalambos, T. *Audit Qualification, Firm Litigation, and Financial Information: an Empirical Analysis in Greece.* *International Journal of Auditing.* v. 7, n. 1, p. 71-85, 2003.

SUNDER, Shyam. *Theory of accounting and control*. Cincinnati: *South-Western Publishing*, 1997.

WEBER, Joseph; WILLENBORG, Michael; ZHANG, Jieying. *Does Auditor Reputation Matter? The Case of KPMG Germany and ComROAD AG.* DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00298.x. *Journal of Accounting Research.* v. 46, n. 4, p. 941-972, set. 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A – NBC T 11 – RESOLUÇÕES REVOGADAS PELA NBC TA 200

Norma	Resolução	Ementa da Norma
NBC T 11	820/97	Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis com alterações e dá outras providências.
NBCT 11 IT 5	830/98	Parecer Auditores Independente das Demonstrações Contábeis
NBC T 11 - IT 3	836/99	Fraude e Erro
NBC T 11	953/03	Dispõe sobre a alteração no modelo de parecer referido no item 11.3.2.3 da NBC T 11 – Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis
NBC T 11.6	981/03	Relevância na Auditoria.
NBC T 11.11	1.012/05	Amostragem
NBC T 11.15	1.022/05	Contingências
NBC T 11.3	1.024/05	Papéis de Trabalho Documentação Auditoria
NBC T 11.12	1.029/05	Processamento Eletrônico de Dados
NBC T 11.4	1.035/05	Planejamento da Auditoria
NBC T 11.8	1.036/05	Supervisão e Controle de Qualidade
NBC T 11.10	1.037/05	Continuidade Normal das Atividades da Entidade
NBC T 11.13	1.038/05	Estimativas Contábeis
NBC T 11.14	1.039/05	Transações com Partes Relacionadas
NBC T 11.16	1.040/05	Transações e Eventos Subsequentes
NBC T 11.17	1.054/05	Carta de Responsabilidade da Administração

Fonte: Elaboração própria com base nas NBCs emitidas pelo CFC. Disponível em: <www.cfc.org.br>.

APÊNDICE B – NBC TAS – RESOLUÇÕES EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Norma	Resolução	Ementa da Norma
NBC TA 01	1202/09	Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração
NBC TA 200	1203/09	Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
NBC TA 210	1204/09	Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria
NBC TA 220	1205/09	Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis
NBC TA 230	1206/09	Documentação de Auditoria
NBC TA 240	1207/09	Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude
NBC TA 250	1208/09	Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria
NBC TA 260	1209/09	Comunicação com os Responsáveis pela Governança
NBC TA 265	1210/09	Comunicação de Deficiências de Controle Interno
NBC TA 300	1211/09	Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis
NBC TA 315	1212/09	Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente
NBC TA 320	1213/09	Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria
NBC TA 330	1214/09	Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados
NBC TA 402	1215/09	Considerações de Auditoria para a Entidade que Utiliza Organização Prestadora de Serviços
NBC TA450	1216/09	Avaliação das Distorções Identificadas durante Auditoria
NBC TA 500	1217/09	Evidência de Auditoria
NBC TA 501	1218/09	Evidência de Auditoria - Considerações Específicas para Itens Selecionados
NBC TA 505	1219/09	Confirmações Externas
NBC TA 510	1220/09	Trabalhos Iniciais - Saldos Iniciais
NBC TA 520	1221/09	Procedimentos Analíticos
NBC TA 530	1222/09	Amostragem em Auditoria
NBC TA 540	1223/09	Auditoria de Estimativas Contábeis, Inclusive do Valor Justo, e Divulgações Relacionadas
NBC TA 550	1224/09	Partes Relacionadas
NBC TA 560	1225/09	Eventos Subsequentes
NBC TA 570	1226/09	Continuidade Operacional
NBC TA 580	1227/09	Representações Formais
NBC TA600	1228/09	Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis de Grupos, Incluindo o Trabalho dos Auditores dos Componentes
NBC TA 610	1229/09	Utilização do Trabalho de Auditoria Interna
NBC TA 620	1230/09	Utilização do Trabalho de Especialistas
NBC TA700	1231/09	Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
NBC TA 705	1232/09	Modificações na Opinião do Auditor Independente
NBC TA706	1233/09	Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente
NBC TA 710	1234/09	Informações Comparativas - Valores Correspondentes e Demonstrações Contábeis Comparativas
NBC TA 720	1235/09	Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações Incluídas em Documentos que Contendam Demonstrações Contábeis Auditadas
NBC TA800	1236/09	Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas de Contabilidade para Propósitos Especiais
NBC TA805	1237/09	Considerações Especiais - Auditoria de Quadros Isolados das Demonstrações Contábeis e de Elementos, Contas ou Itens Específicos das Demonstrações Contábeis
NBC TA810	1238/09	Trabalhos para a Emissão de Relatório sobre Demonstrações Contábeis Condensadas
-	1279/10	Altera a data de aplicação das NBC TAs, aprovadas pelas Resoluções CFC n.os 1.201/09 a 1.238/09, e das NBC TRs, aprovadas pelas Resoluções CFC n.os 1.274/10 e 1.275/10

Fonte: Elaboração própria com base nas NBCs emitidas pelo CFC. Disponível em: <www.cfc.org.br>.

APÊNDICE C – *OUTPUTS* RESSALVA

Dependent Variable: RESS

Method: ML - Binary Logit (Quadratic hill climbing)

Date: 05/04/11 Time: 23:19

Sample: 1 708

Included observations: 708

Convergence achieved after 10 iterations

Covariance matrix computed using second derivatives

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
TIPOEMPAUDIT	-0.922835	0.359786	-2.564955	0.0103
REC	-1.318365	0.535652	-2.461235	0.0138
LB	2.495554	1.041339	2.396486	0.0166
FINANCCP	2.042801	0.894334	2.284157	0.0224
LL	-1.482049	0.728584	-2.034148	0.0419
VALOR	-0.281453	0.138581	-2.030966	0.0423
C	-1.681341	0.199685	-8.419982	0.0000
Mean dependent var	0.066384	S.D. dependent var	0.249128	
S.E. of regression	0.240167	Akaike info criterion	0.436558	
Sum squared resid	40.43372	Schwarz criterion	0.481667	
Log likelihood	-147.5416	Hannan-Quinn criter.	0.453986	
Restr. log likelihood	-172.8822	Avg. log likelihood	-0.208392	
LR statistic (6 df)	50.68120	McFadden R-squared	0.146577	
Probability(LR stat)	3.43E-09			
Obs with Dep=0	661	Total obs	708	
Obs with Dep=1	47			

Estimation Command:

=====

BINARY(D=L) RESS FINANCCP LB LL REC VALOR TIPOEMPAUDIT C

Estimation Equation:

=====

RESS = 1-@LOGIT(-(C(1)*FINANCCP + C(2)*LB + C(3)*LL + C(4)*REC + C(5)*VALOR + C(6)*TIPOEMPAUDIT + C(7)))

Substituted Coefficients:

=====

RESS = 1-@LOGIT(-(2.042800774*FINANCCP + 2.495554322*LB - 1.482048882*LL - 1.318364836*REC - 0.2814525837*VALOR - 0.9228353227*TIPOEMPAUDIT - 1.681340842))

Dependent Variable: RESS
 Method: ML - Binary Logit (Quadratic hill climbing)
 Date: 05/04/11 Time: 23:19
 Sample: 1 708
 Included observations: 708
 Andrews and Hosmer-Lemeshow Goodness-of-Fit Tests
 Grouping based upon predicted risk (randomize ties)

	Quantile of Risk		Dep=0		Dep=1		Total Obs	H-L Value
	Low	High	Actual	Expect	Actual	Expect		
1	0.0000	0.0005	70	69.9946	0	0.00536	70	0.00536
2	0.0005	0.0066	70	70.7761	1	0.22391	71	2.69843
3	0.0066	0.0173	71	70.1799	0	0.82008	71	0.82966
4	0.0174	0.0319	70	69.2553	1	1.74470	71	0.32587
5	0.0322	0.0479	67	68.1820	4	2.81797	71	0.51631
6	0.0479	0.0584	67	66.2937	3	3.70631	70	0.14213
7	0.0584	0.0798	66	66.2807	5	4.71926	71	0.01789
8	0.0809	0.1400	65	62.4247	6	8.57530	71	0.87965
9	0.1400	0.1565	64	60.4996	7	10.5004	71	1.36942
10	0.1566	0.5347	51	57.1133	20	13.8867	71	3.34558
	Total		661	661.000	47	47.0000	708	10.1303
H-L Statistic:			10.1303			Prob. Chi-Sq(8)	0.2560	
Andrews Statistic:			89.7472			Prob. Chi-Sq(10)	0.0000	

Dependent Variable: RESS
 Method: ML - Binary Logit (Quadratic hill climbing)
 Date: 05/04/11 Time: 23:19
 Sample: 1 708
 Included observations: 708
 Prediction Evaluation (success cutoff C = 0.5)

	Estimated Equation			Constant Probability		
	Dep=0	Dep=1	Total	Dep=0	Dep=1	Total
P(Dep=1)≤C	660	47	707	661	47	708
P(Dep=1)>C	1	0	1	0	0	0
Total	661	47	708	661	47	708
Correct	660	0	660	661	0	661
% Correct	99.85	0.00	93.22	100.00	0.00	93.36
% Incorrect	0.15	100.00	6.78	0.00	100.00	6.64
Total Gain*	-0.15	0.00	-0.14			
Percent Gain**	NA	0.00	-2.13			
	Estimated Equation			Constant Probability		
	Dep=0	Dep=1	Total	Dep=0	Dep=1	Total

APÊNDICE D – *OUTPUTS* PARÁGRAFO DE ÊNFASE

Dependent Variable: ENF

Method: ML - Binary Logit (Quadratic hill climbing)

Date: 05/05/11 Time: 13:29

Sample: 1 708

Included observations: 708

Convergence achieved after 4 iterations

Covariance matrix computed using second derivatives

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
LC	-0.403576	0.067851	-5.947980	0.0000
VALOR	-0.038754	0.011063	-3.503147	0.0005
FINANCLP	0.199999	0.059087	3.384833	0.0007
TIPOEMPAUDIT	-0.436176	0.170106	-2.564150	0.0103
C	1.265229	0.175085	7.226363	0.0000
Mean dependent var	0.559322	S.D. dependent var	0.496819	
S.E. of regression	0.470754	Akaike info criterion	1.280755	
Sum squared resid	155.7915	Schwarz criterion	1.312976	
Log likelihood	-448.3873	Hannan-Quinn criter.	1.293204	
Restr. log likelihood	-485.7534	Avg. log likelihood	-0.633315	
LR statistic (4 df)	74.73227	McFadden R-squared	0.076924	
Probability(LR stat)	2.22E-15			
Obs with Dep=0	312	Total obs	708	
Obs with Dep=1	396			

Estimation Command:

=====

BINARY(D=L) ENF FINANCLP LC TIPOEMPAUDIT VALOR C

Estimation Equation:

=====

ENF = 1-@LOGIT(-(C(1)*FINANCLP + C(2)*LC + C(3)*TIPOEMPAUDIT + C(4)*VALOR + C(5)))

Substituted Coefficients:

=====

ENF = 1-@LOGIT(-(0.1999993056*FINANCLP - 0.4035757837*LC - 0.4361763154*TIPOEMPAUDIT - 0.03875391743*VALOR + 1.265229014))

Dependent Variable: ENF
 Method: ML - Binary Logit (Quadratic hill climbing)
 Date: 05/05/11 Time: 13:27
 Sample: 1 708
 Included observations: 708
 Andrews and Hosmer-Lemeshow Goodness-of-Fit Tests
 Grouping based upon predicted risk (randomize ties)

	Quantile of Risk		Dep=0		Dep=1		Total Obs	H-L Value
	Low	High	Actual	Expect	Actual	Expect		
1	0.0026	0.3593	46	54.1444	24	15.8556	70	5.40857
2	0.3597	0.4644	49	41.4762	22	29.5238	71	3.28216
3	0.4646	0.5042	44	36.5936	27	34.4064	71	3.09337
4	0.5043	0.5405	35	33.8805	36	37.1195	71	0.07076
5	0.5406	0.5720	42	31.4284	29	39.5716	71	6.38021
6	0.5725	0.6088	23	28.7721	47	41.2279	70	1.96609
7	0.6101	0.6431	25	26.5371	46	44.4629	71	0.14218
8	0.6437	0.6868	20	23.8002	51	47.1998	71	0.91274
9	0.6872	0.7480	17	19.8975	54	51.1025	71	0.58624
10	0.7480	0.9582	11	15.4700	60	55.5300	71	1.65138
	Total		312	312.000	396	396.000	708	23.4937
H-L Statistic:			23.4937		Prob. Chi-Sq(8)		0.0028	
Andrews Statistic:			26.9839		Prob. Chi-Sq(10)		0.0026	

Dependent Variable: ENF
 Method: ML - Binary Logit (Quadratic hill climbing)
 Date: 05/05/11 Time: 13:29
 Sample: 1 708
 Included observations: 708
 Prediction Evaluation (success cutoff C = 0.5)

	Estimated Equation			Constant Probability		
	Dep=0	Dep=1	Total	Dep=0	Dep=1	Total
P(Dep=1)≤C	133	67	200	0	0	0
P(Dep=1)>C	179	329	508	312	396	708
Total	312	396	708	312	396	708
Correct	133	329	462	0	396	396
% Correct	42.63	83.08	65.25	0.00	100.00	55.93
% Incorrect	57.37	16.92	34.75	100.00	0.00	44.07
Total Gain*	42.63	-16.92	9.32			
Percent Gain**	42.63	NA	21.15			
	Estimated Equation			Constant Probability		
	Dep=0	Dep=1	Total	Dep=0	Dep=1	Total

E(# of Dep=0)	155.47	156.53	312.00	137.49	174.51	312.00
E(# of Dep=1)	156.53	239.47	396.00	174.51	221.49	396.00
Total	312.00	396.00	708.00	312.00	396.00	708.00
Correct	155.47	239.47	394.95	137.49	221.49	358.98
% Correct	49.83	60.47	55.78	44.07	55.93	50.70
% Incorrect	50.17	39.53	44.22	55.93	44.07	49.30
Total Gain*	5.76	4.54	5.08			
Percent Gain**	10.30	10.30	10.30			

*Change in "% Correct" from default (constant probability) specification

**Percent of incorrect (default) prediction corrected by equation

Wald Test:

Equation: Untitled

Test Statistic	Value	df	Probability
F-statistic	13.30424	(5, 703)	0.0000
Chi-square	66.52120	5	0.0000

Null Hypothesis Summary:

Normalized Restriction (= 0)	Value	Std. Err.
C(1)	0.199999	0.059087
C(2)	-0.403576	0.067851
C(3)	-0.436176	0.170106
C(4)	-0.038754	0.011063
C(5)	1.265229	0.175085

Restrictions are linear in coefficients.

	ENF	FINANCLP	LC	TIPOEMPAUD IT	VALOR
Mean	0.559322	1.013549	1.807325	0.638418	5.827214
Median	1.000000	0.059302	1.443649	1.000000	0.962711
Maximum	1.000000	50.04944	16.79854	1.000000	257.2412
Minimum	0.000000	0.000000	0.000292	0.000000	0.002621
Std. Dev.	0.496819	4.008543	1.529085	0.480798	23.60541
Skewness	-0.238976	8.494645	3.180820	-0.576192	8.978406
Kurtosis	1.057110	86.33621	21.78629	1.331997	89.22387
Jarque-Bera Probability	118.0962 0.000000	213390.0 0.000000	11605.15 0.000000	121.2515 0.000000	228831.6 0.000000
Sum	396.0000	717.5927	1279.586	452.0000	4125.668
Sum Sq. Dev.	174.5085	11360.37	1653.038	163.4350	393951.3
Observations	708	708	708	708	708